



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XIX — N.º 20

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

ATA DA 9<sup>a</sup> SESSÃO, EM 28 DE JANEIRO DE 1964

1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5<sup>a</sup> LEGISLATURA.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
Vivaldo Lima  
Joaquim Parente  
Sigeiredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho  
Aurélio Viana  
Moura Andrade  
Pedro Ludovico  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Antônio Carlos  
Guido Mondin (17).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento de 17 Senhores Senadores.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário lê as atas da sessão e reunião anteriores, que são aprovadas em debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República, nos seguintes termos:

Mensagem nº 37, de 1964

(Nº 12-64, NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Se-

nhor Edgar Bandeira Fraga de Castro, ocupante de cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Oriental do Uruguai, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Senhor Edgar Bandeira Fraga de Castro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 24 de janeiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República. — João Belchior Marques Goulart.

### CURRICULUM-VITAE DO EMBAI-XADOR EDGAR BANDEIRA FRAGA DE CASTRO

1. Nascido em Belém, Estado do Pará, em 11 de abril de 1904. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

2. Adido à Secretaria de Estado, em 1928; Terceiro Oficial, por concurso, em 17 de julho de 1928; Cônsul de Terceira Classe, de 1931 e 1933; promovido a Segundo Secretário, por antiguidade, em 7 de março de 1933; promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em 27 de dezembro de 1938; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 7 de dezembro de 1943; promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 19 de setembro de 1951.

3. No Exterior, o Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro exerceu as seguintes funções:

Segundo Secretário da Embaixada do Brasil em Washington, de 1933 a 1935; Segundo Secretário da Embaixada do Brasil em Havana, de 1935 a 1938; Cônsul Geral do Brasil em Paris, de 1945 a 1948; Ministro Plenipotenciário em Praga, de 1948 a 1951; Embaixador do Brasil junto ao Governo do Peru, de 1953 a 1956; Embaixador do Brasil na Suécia, de 1956 até esta data.

4. Na Secretaria de Estado, o Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro exerceu as seguintes funções e comissões:

Serviu no Gabinete do Diretor-Geral dos Negócios Comerciais e Con-

sulares, em 1928 e 1929; foi membro da Comissão de recepção a Suas Altezas Reais do Príncipe de Gales e o Príncipe George, em 1931; Auxiliar de Gabinete do Ministro Osvaldo Aranha, em 1938; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, interino, Cyro de Freitas-Valle, em 1939; Oficial de Gabinete do Ministro Osvaldo Aranha, de 1939 a 1944; Representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1952.

5. Além das funções exercidas no exterior e já mencionadas, o Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro desempenhou as seguintes comissões:

Secretário da Embaixada Especial do Brasil à posse de D. Miguel Mariano Gómez, Presidente da República de Cuba, em 1936. Encarregado de Negócios em Havana, em 1936, e 1937.

6. O Embaixador Edgar Bandeira Fraga de Castro é casado com a Senhora Celina Hick Fraga de Castro, de nacionalidade uruguaia.

7. Sua Excelência é indicado para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Oriental do Uruguai.

Secretaria de Estado, em 18 de janeiro de 1964. — Roberto Barthel Rosa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

Respostas do Senhor Ministro da Fazenda a pedidos de informações do Senado (Avisos de 22 de Janeiro).

Aviso nº GB-11 — com referência ao Requerimento nº 616, de 1963, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Aviso nº GB-12 — com referência ao Requerimento nº 769, de 1963, do Senhor Senador Cattete Pinheiro.

### PARECERES

Parecer nº 2, de 1964

Da Comissão Diretora sobre o Projeto de Resolução nº 41-63, que exonera, a pedido, Antônio Carlos Nogueira, Auxiliar Legislativo, PL-10, do quadro da Secretaria do Senado Federal.

RELATOR: SR. RUI PALMEIRA:

Relator: Senador Rui Palmeira.

O Projeto de Resolução nº 41 de 1963 foi retirado da Ordem do Dia face a questão de Ordem levantada

pelo Excelentíssimo Senhor Senador Aloysio de Carvalho.

A respeito, cumpre-nos informar que o Auxiliar Legislativo PL-10, Antônio Carlos de Nogueira foi nomeado para exercer cargo público, do Poder Executivo, onde tomou posse a 10 de janeiro do corrente ano. Requereu, então, sua exoneração do cargo que ocupava no Senado. Seu requerimento teve tramitação nesta Casa e seus vencimentos vinham sendo depositados, normalmente, no Banco do Brasil, pois, sómente com a aprovação do competente Projeto de Resolução poderiam ser os mesmos suspensos. O Senhor Diretor-Geral, tomando conhecimento do mencionado Requerimento, houve por bem sustar os pagamentos a partir de 17 de maio último, até que tivesse solução, em plenário, aquela proposição.

Segundo informações prestadas, as importâncias pagas a partir de seu afastamento dos serviços desta casa encontram-se, até hoje depositados no Banco do Brasil, à disposição do Senado.

Nestas condições, opinamos seja dado prosseguimento ao Projeto de Resolução nº 41, de 1963, especificando-se ali, entretanto, a data de exoneração, isto é — 10 de fevereiro de 1963, nos termos da emenda que a seguiu apresentamos. — Senador Rui Palmeira, 1º Secretário.

### EMENDA

Ao Projeto de Resolução nº 41, de 1963.

Acrescente-se ao artigo único do Projeto, em seguida à expressão "a pedido" o seguinte:

"em 10 de fevereiro de 1963"

### Justificação

A emenda visa a atualizar projeto, uma vez que a exoneração deve ser atendida a partir da data acima referida.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 1964. — Auro Moura Andrade. — Camilo Nogueira da Gama. — Rui Palmeira. — Gilberto Marinho. — Adalberto Serra. — Joaquim Parente. — Vasconcelos Torres.

Parecer nº 3, de 1964

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169 de 1963 — Foi concedido post-mortem John F. Kennedy, Presidente dos Estados

Unidos da América, o título de Cidadão Brasileiro.

**RELATOR: SR. JEFFERSON DE AGUIAR:**

O projeto em apreciação pretende conceder, *post-mortem*, o título de cidadão brasileiro a John Fitzgerald Kennedy, ex-Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, vittimado em atentado ocorrido em Dallas, capital do Estado do Texas, em 22 de novembro deste ano.

Justificando a proposição, o Senador Eurico Rezende esclarece que "o crime do século, com todo o seu impacto de emoção e injustiça, faz com que a humanidade se debruce, espiritualmente, sobre o túmulo e sobre a memória do Presidente John F. Kennedy", e conclui:

"Conferindo a Kennedy o título de cidadão brasileiro, o Congresso Nacional, de maneira com a exaltação de uma vida e de uma obra impressionantemente postas a serviço da humanidade, revela a gratidão do povo brasileiro para com o estadista insigne, e cuja compreensão dos ideais panamericanos devemos uma colaboração constante em favor do nosso desenvolvimento, em sintonia com a nossa luta indomável em prol da liberdade e da democracia".

A Constituição Federal considera brasileiros aqueles que: a) tenham nascido no Brasil (*jus soli*); b) os nascidos no estrangeiro, se filhos de brasileiros a serviço do Brasil; c) os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do artigo 63, nºs IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891; d) os naturalizados *pela forma que a lei estabelecer* (artigo 129, inciso I a IV).

Assinata-se que a cidadania é função da nacionalidade, eis que só o nacional, que tenha completado o quadro das exigências legais, pode exercer esses direitos, donde resulta a subordinação do indivíduo às leis internas de determinado país. Daí resultam direitos e obrigações recíprocas, situação de dependência, ônus, como também prerrogativas e uma defesa total especial que o nacional tem o direito de exigir (Temistócles Cavalcanti, Constituição Federal comentada, vol. II, pág. 6).

Consequentemente, o regime da nacionalidade tem de obedecer à legislação específica, de onde decorrem os direitos e obrigações da cidadania, acentua o mesmo constitucionalista.

A naturalização tácita prevista na Constituição de 1891 e reiterada noutras diplomas importa na obtenção do título declaratório, segundo a vontade do estrangeiro que dela queria aproveitar-se, se atendidos os requisitos estabelecidos no artigo 9º, da Constituição preterita. E' ato formal, meio de prova da obtenção e renúncia de nacionalidade, porque ela opera *ipso facto atque jure*.

A naturalização comum ou expressa regulada por lei (lei 389, de 25 de abril de 1933; lei 818 de 18 de setembro de 1949; lei 3.696, de 18 de dezembro de 1959). A Constituição preceitua: *os naturalizados na forma que a lei estabelecer*.

Acentua Pontes de Miranda:

"A naturalização faz nacional o indivíduo a partir da concessão. Os efeitos *ex tunc* seriam levios. O naturalizado ainda que perca a nacionalidade que tinha, fica sujeito a tudo que derivou do seu estado até então, inclusive as obrigações militares". (Comentários, vol. III, pág. 30).

Os critérios são múltiplos e variáveis, na concessão da nacionalidade; mas se existe o *numerus clausus*, que

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE PEDIÇÃO  
FLCRIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

a um Estado se vede a adoção de um critério para que à matéria nacionalidade não seja *indiferente* o direito das gentes (Pontes de Miranda, ob. cit., pág. 22).

Mas certos princípios intransponíveis devem ser observados: a) não deve ser imposta a nacionalidade a estrangeiros que não tenham manifestado a intenção de renunciar a que possuem; b) capacidade de mudar de nacionalidade de acordo com a lei nacional do indivíduo, a qual deve ser respeitada; c) não favorecer a expatriação fraudulenta, permitindo-se a aquisição doutra nacionalidade sem o repúdio franco à anterior.

Dai, por que, com as restrições de ordem constitucional e jurídica aventureadas, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto de lei do Senado nº 169, de 1963.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1963. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Bezerra Neto. — Edmundo Levi. — Eurico Rezende, pela conclusão. — Ruy Carneiro.

#### O SR. PRESIDENTE:

O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Adolpho Franco.

#### O SR. ADOLPHO FRANCO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa brasileira e a opinião pública estão, hoje, inteiramente voltadas para os destinos da "Petrobrás", empresa que foi criada para o povo brasileiro e como síntese da capacidade realizadora do homem nacional. Por isso, recebi do eminente Líder do meu partido, o rubro Senador Daniel Krieger, a honrosa missão de transmitir a esta Casa o nosso pensamento e a nossa palavra sobre a questão apaixonante que vem sensibilizando o País.

A tarefa da Oposição tem sido, nesta Casa, firme, leal e decidida, no sentido de procurar convencer o Governo da República de que precisamos

pôr um fim a essa onda de corrupção e de escândalos que assola a nação, provocada, de um lado, por mandatários e administradores inféis e de outro, por uma inflação asfixiante, corrupta e revolucionária. Já ato se farta mais tem cruzeiros, neste país, porque os pseudonacionalistas não acreditam na nossa moeda; agora os escândalos giram em torno de dívidas de milhares de dólares, a maior parte do povo norte-americano.

O escândalo da Petrobrás ai está. Exige do Governo a ação mais energica e sanadora, porque as acusações partem dos dois lados. De um só, sentimos a posição firme e acusadora de um general do Exército Nacional, ex-Chefe do Estado-Maior do Ministério da Guerra, ex-Chefe da Casa Militar do Sr. Presidente da República — e até ontem, consequentemente, detentor da sua confiança pessoal — ex-Presidente do Conselho de Segurança Nacional, que se diz injuriado pelos comunistas da Petrobrás e que afirma ali existir um verdadeiro "mais de lama". De outro lado, são os Diretores impostos pelos Sindicatos e que aceleraram, dentro da Companhia, a obra da sua destruição e desmoralização, servindo, assim, à mais rápida comunicação do País.

As acusações são as mais graves e sérias. Sempre temos receado, e as desconfianças e acusações têm sido muitas, que dos cofres da Petrobrás têm saído os recursos para o financiamento da campanha de comunicações do País. Agora, Sr. Presidente, é um general, ex-presidente da Companhia, que faz acusações e afirma que está sendo substituído porque reagiu contra os comunistas e os desonestos. Disse mais: que daria a vida pelo Sr. Presidente da República, mas não empenha a sua honra.

Não basta, pois, substituir-se um homem farciado por outro de farra nazis bonita. O que se impõe para defesa do decôrto nacional e salvaguarda da grande empresa, é o afastamento dos acusados e acusadores para que uma simpatia e um inquérito severos, apontem os verdadeiros culpados, os verdadeiros dilapidadores, do patrimônio nacional.

Instalou-se o regime do monopólio de importação de óleo cru. Não fazem ainda trinta dias e as manchetes nos jornais já nos dizem que os multigastos federais, a nossa pequena receita de divisas ia sendo espoliada em mais de um milhão de dólares.

A União Democrática Nacional tem um compromisso com o povo e com a grande companhia, da qual ela deu o seu apoio e participou da sua organização e fundação. Quer defendê-la, e, por isso mesmo, exige do Governo um inquérito de portas e janelas escancaradas, para a imediata apuração dos fatos. Vamos correr da administração pública, de uma vez, com os desonestos, os prevaricadores quaisquer que sejam, por mais poderosos que sejam, mas vamos também entregá-los e expô-los à execração pública..

O Sr. Filinto Muller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ADOLPHO FRANCO — Com prazer.

O Sr. Filinto Muller — Estou de pleno acordo com a afirmativa que V. Exa. faz. A Nação exige rigoroso inquérito sobre esses fatos publicados nas manchetes dos jornais, e que escandalizam a opinião pública. Mas quero lembrar a V. Exa. que há uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos, presidida por um ilustre representante do partido de V. Exa., Deputado Antonio Carlos Magalhães. Tenho certeza que essa Comissão, por seu lado, há de procurar esclarecer tudo quanto existe de nebuloso na Petrobrás.

Quarta-feira 29

**O SR. ADOLPHO FRANCO** — Agradeço o aparte de V. Exa. e é isto que nós da Oposição, como todos os Senadores e V. Exa. como eminentes membros do Partido Social Democrático quer: a apuração da verdade e a condenação dos culpados.

**O Sr. Filinto Muller** — Exatamente. O Partido Social Democrático tem grande responsabilidade perante a Nação, assim como o partido de V. Exa. O nosso partido defende tudo quanto seja de interesse do povo brasileiro, e quer que os administradores da coisa pública sempre se apresentem perante a Nação com autoridade e com austeridade.

**O SR. ADOLPHO FRANCO** — Agradeço o aparte de V. Exa.

Instala-se o regime do monopólio da importação do óleo cru e nos primeiros trinta dias de vigência estoura o primeiro escândalo e a primeira denúncia. Os minguados cofres nacionais e a precária receita de divisas, já ia sendo espoliada e saqueada em um milhão de dólares.

A U. D. N. tem compromissos com o povo e a grande Empresa. Quer defendê-la e por isto mesmo exige do governo o inquérito, de portas abertas, para a apuração dos fatos.

Vamos correr da administração pública com os desonestos e os prevaricadores, mas vamos também condená-los e expô-los à execração pública."

**Sr. Presidente e Srs. Senadores,** o Governo precisa saber que um povo que sofre, que é vítima de uma ação desordenada, que se vê espoliado diariamente através dos preços que fazem explodir seus orçamentos particulares é esse povo só evitara a desordem política e só não acompanharia aqueles que o convidam para a revolução, se nós, todos nós e o Governo Federal edoíarmos a estrada da eficiência administrativa, da austeridade, da decência e da autoridade pública.

Fra o que tinha a dizer. (Muito bem) (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE:**

Têm a palavra o nobre Senador Pedro Lúdovico.

**O SR. PEDRO LUDOVICO:**

(Para uma comunicação. Sem resumo do orador) — Sr. Presidente. Srs. Senadores, na última vez que ocupei esta tribuna declarei que me achava decepcionado, desiludido com os discursos que se pronunciavam, não só no Senado como na Câmara dos Deputados porque as coisas continuavam no mesmo pé, com o mesmo aspecto. E me referia justamente às questões financeiras, econômicas, e à grande carestia da vida.

Ainda agora, o nobre Senador Adolpho Franco acaba de falar justamente neste sentido, tendo por base de seu discurso o escândalo do petróleo.

Como vê V. Exa., Sr. Presidente, e vêm os Srs. Senadores, o Brasil continua em crise de moralidade.

Númá entrevista dada, há cerca de dois meses, ao "Diário de Notícias", declarei que era preciso dizer não, não e não à corrupção e também ao excesso de empreguismo. Aliás, repeti frase de V. Exa. que, em discurso pronunciado nesta Casa, antes da posse do Sr. João Goulart, disse não, não e não à corrupção e ao empreguismo.

Mas, apesar de tudo, resvolvi ainda ocupar este tribuna para falar sobre a situação angustiosa que nos oppõe, diminui e desmoraliza.

Sinto-me no dever, de quando em vez, dar a minha opinião sobre assuntos que se referem ao interesse nacional. Penso que calar é uma omisão imperdoável, uma restrição cri-

minosa, quando se vê o nosso país continuar no mesmo caminho de erros, de adveridade, de incompreensão por parte de todos os responsáveis que desconhecem ou não querem ver as dificuldades por que passa o nosso povo.

A parte da população que não é capitalista, nem classe média, nem proletária, mas que representa o nível mais inferior das nossas coletividades, que são as mulheres pauperíssimas, muitas sem esposos, pela ausência ou pela doença, carregadas de filhos pequenos, os homens doentes ou fáus, podem sem trabalho está faminta, vivendo da caridade pública sofrendo e morrendo nas suas vivendas humildes e infestas. Só os que têm contato com essa gente podem avaliar o seu sofrimento.

Nunca o Brasil passou por uma fase tão crítica como essa em que vivemos.

Não há nenhum exagero no que afirmo.

A inflação continua a passos rápidos, com pequenas pausas, com pequenas interrupções. O nosso cruzeiro em sua desvalorização galopante. Esta aceleração da moeda paraguaia, que, ainda há pouco, era bem inferior à nossa. Os nossos orçamentos continuam otimistas e, em regra, deficitários, com emissões frequentes, e que se impõem para que a nossa vida financeira não se detenha, constituirão um risco veloso. Pergunto eu: na provisões sérias, profundas, energéticas, práticas, realistas, para combater esses males? Parece-me que não. Só se fazem em reformas, reformas e mais reformas. No entanto, essas reformas só podem ter efeito a prazo longo, e está o nosso país em condições de esperar por elas?

Ninguém pense que sou contra as reformas de base. Sou a favor de todas.

A reforma agrária é indispensável, imprescindível, feita com critério, sera demais, sem muita pressa, mas, sim, no sentido de melhorar a nossa produção e as condições de existência do homem do campo.

Sobre este assunto, vários e ilustres brasileiros têm discorrido. Há vinte anos atrás, o Deputado Coutinho Cavalcanti apresentou belíssimo trabalho sobre reforma agrária, assim como o Dr. Afrânia de Carvalho, secretário do ex-Ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho.

Esta, portanto, esta matéria integralmente analisada, estudada, sendo desnecessárias maiores investigações. Faz-se mister, entretanto, que as medidas estejam de acordo com o nosso momento e com as condições do nosso País.

Não se pode admitir demagogia nem intentos subalternos de glória no afã de realizá-la. Está profundamente ligada aos interesses nacionais, devendo ser encarada com seriedade. Nela está em jogo a vida de milhões de trabalhadores rurais e a melhoria da produção nacional. Precisa ser feita, com dedicação, observando-se a realidade brasileira, que é muito diferente de todas as outras nações em que foi realizada.

E' preciso que se tenha em vista a extensão do nosso território, as diferenças do nosso clima, a diversidade das nossas terras e dos nossos costumes e a grande quantidade de áreas aproveitadas e devolutas que possuímos.

Fala-se em desapropriação nas proximidades dos centros populosos e nas margens das estradas de ferro e de rodagem. Pode-se concordar em parte com essa orientação, que deve ter alguma justificativa.

E' mister que se pense, porém, na importância de dinheiro que esses ter-

renos vão custar, tratando-se justamente das zonas mais valorizadas.

Já nas regiões afastadas dos centros populosos, a terra é muito mais barata e, não raro, muito melhores, e servidas, também de rodovias como a que liga Brasília a Belém e que atravessa uma faixa de 500 quilômetros de mata virgem.

A rodovia que vai de Brasília a Anápolis Ceres, Urucu, ate o baixo Iguacu nos limites de Maranhão e Pará é igualmente servida de ótimas terras, onde não há o problema das estradas prolongadas e em que o preço das mesmas é relativamente baixo. Só essas regiões a que me refiro podem comportar mais de 50 milhões de habitantes.

O que acho conveniente é colocar o excesso de população do Nordeste e todos os brasileiros que não possuem propriedades rurais, de qualquer dos nossos Estados, que queiram cultivar a terra, nessas regiões a que aludo, onde poderão se tornar donos de um pedaço de terra maior, em vez de dois ou três hectares para cada família.

Esses pequenos proprietários terão amor à sua gente e nela permanecerão por verificar que o seu trabalho terá uma boa recompensa, possibilitando-lhes um futuro de tranquilidade.

Dando-se-lhes uma pequena assistência financeira no inicio de sua nova labuta, com uma reativa assistência educacional e sanitária, o resto virá naturalmente, de forma a não onerar muito os cofres públicos.

Nas proximidades do Araguaia e do Tocantins, há pesca e os babaquas que podem concorrer muito para aumentar a renda desses novos habitantes. O mundo tem fome de gordura, e, hoje, prefere mais os óleos vegetais do que os animais, pois estes oferecem maiores dificuldades para serem produzidos.

Ademais, do babaçu se extraem outros elementos de grande valor e necessários a muitas atividades.

Nas proximidades da Brasília-Belém encontram-se, no Estado de Goiás e Maranhão, mais de dois bilhões de palmeiras.

Felizmente esta riqueza já está despertando a cobiça de nacionais e estrangeiros. No território goiano vão se instalar brevemente duas grandes refinarias para a exploração do babaçu, uma com capitais alemães e outra com capitais goianos, sendo que os industriais vão inverter nesse ramo mais de um bilhão de cruzeiros.

Fazendo um parêntesis, quero declarar que a questão do babaçu está despertando — como disse — a cobiça de nacionais e estrangeiros. No Norte de Goiás, na região do Tocantins, Município de Araguari, vão ser instaladas duas grandes usinas, uma com capitais alemães e a outra com capitais goianos. Só nessas duas usinas serão invertidos mais de dois bilhões de cruzeiros.

O Sr. Filinto Muller — Para exploração do babaçu?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Sim só para exploração do babaçu.

O Sr. — "into Muller — Notícia promissora, pois praticamente o babaçu só é explorado no Maranhão.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Em Goiás é explorado também, mas em escala muito reduzida.

Ainda outra notícia alvissareira para o meu Estado: uma firma particular do Rio de Janeiro está adquirindo cerca de 20.000 alqueires de terra para instalar uma usina de açúcar para uma capacidade anual de um milhão de sacas. Felizmente esta riqueza está despertando o interesse do povo goiano.

Em cada vivenda de dez hectares poder-se-ia fazer ou promover uma criação de gado vacum e porcino de umas trinta cabeças, o que na soma global de umas trinta cabeças, o que na soma global de uma grande organização significaria muita coisa. Só isto daria um novo aspecto econômico ao Brasil, pois, como é notório, ninguém está em condições de competir no setor da atividade humana. Só o Brasil tem tudo para o incremento de uma pecuária em larga escala. Os produtos do gado vacum não tem concorrência com nenhuma outra mercadoria, porque não cria gado intensamente quem quer, mas quem pode. Dia virá em que a indústria pastoril constituirá a nossa maior fonte de renda. Do boi nada se perde, tudo se aproveita.

O desenvolvimento do Brasil depende, de fato, dessas reformas baseadas no desenvolvimento de diversos fatores de produção, como os que venho de citar.

Tudo isso, entretanto, não vai com o maná do céu. Exige planejamento, entusiasmo, honestidade e energia.

Penso, no entanto, que as providências imprescindíveis para se enfrentar a crise atual devem ser imediatas e de outro caráter: Urge uma fiscalização rigorosa na produção e no comércio em geral. Verificar onde existe ganância e especulação e onde há, como se corrigir duramente os exploradores do povo.

Quero citar um fato que li nos jornais de hoje, de Goiânia: um curioso, analisando o preço de uma xícara de café, Cr\$ 10,00, chegou à conclusão de que os seus vendedores ganham 400% em cada quilo, pois o café torrado custa Cr\$ 160,00 o quilo e rende noventa xícaras.

A parte do açúcar consumido numa xícara é relativamente pequena, em relação ao café, daí a especulação e ganância a que me refiro.

Outro exemplo se observa no centro-oeste: um comerciante comprou, na safra passada, a saca de arroz a Cr\$ 5.000,00. Três sacas de arroz em casca rendeu duas de boa qualidade além da quirera e do farelo. Atualmente a saca de arroz beneficiado custa Cr\$ 18.000,00. Quer dizer só nas duas sacas o comerciante ganha 100%, fora o farelo e a quirera.

Que se instalem tribunais populares para coibir esses abusos que enriquecem uma minoria à custa do sacrifício de milhões de pessoas.

Escolham-se homens patriotas e decentes para dirigir essa campanha de salvação nacional, cometendo-lhes tarefas de maior envergadura para aplicar os meios adequados à restauração de nossas finanças e economia.

Há urgência para que assim se proceda, pois a tolerância, a paciência dos brasileiros devem ter um limite. Se mister que se restabeleça o equilíbrio econômico e moral entre nós.

O distúrbio social disso proveniente nos levará fatalmente ao caos, se não tomarmos um novo rumo.

Se o Governo se impuser uma nova tripla de austeridade, de poupança, não procurando agradar quem quer que seja à custa do tesouro público, como a subvenção que pretende dar aos juízes, promotores e professores de todo o Brasil, cujo número se calcula em mais de 350 mil, embora reconheça que em muitas unidades federativas esses funcionários ganham pouco, o nosso País pode se reabilitar.

As afirmativas que se atribuem ao ex-Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto, de que houve um superávit de 300 bilhões de cruzeiros na arrecadação do orçamento de 1963, que foi de um trilhão e uma receita de um bilhão e seiscentos milhões de dólares, mais quatrocentos milhões do que em 1962, na balança de exportação, são um estímulo e uma esperança

ca em relação ao que venho de afirmar. Basta traçar um plano de saneamento moral e financeiro e seguirão sem tergiversar.

Há muitos que julgam que ninguém conseguirá pôr a Nação em ordem, em equilíbrio, restabelecer a confiança, sem um regime forte. É preciso que se tenha a coragem de dizer que essa idéia se acha generalizada no meio do povo. Este já está tão desiludido de promessas, que não mais crê nas medidas apresentadas como salvadoras. Quando se fala em aumento dos salários, os preços das utilidades soham abusivamente. E ninguém põe freio nesse abuso que se repete frequentemente, de meses em meses, já se tornando uma rotina. Ninguém mais respeita as Coops, que se desmoralizaram vergonhosamente.

Eu ainda penso que se pode enfrentar essa crise moral e econômica em regime democrático com poderes de emergência, como acontece na França, onde De Gaulle os exigiu para aceitar o seu cargo, a missão espinhosa de promover a recuperação da França. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

#### O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna para inicialmente, dar conhecimento à Casa do seguinte memorial, que recebi da Associação Rural do Município de Campos Novos, no meu Estado, sobre o problema de financiamento à pecuária daquela região:

Campos Novos, (SC) 9 de novembro de 1962.

Exmº Sr. Senador.

Antônio Carlos Konder Reis.  
Brasília.

A Associação Rural de Campos Novos e demais Entidades que este subscrevem, órgão de classe dos agricultores e pecuaristas desse Município, vem manifestar seu aplauso pela maneria patriótica e altruística com que o Exmº Sr. Dr. Léo da Almeida Neves defende os interesses do homem do campo.

Aqui mesmo, em nosso município, a ação do Banco do Brasil S. A. se faz sentir, principalmente por intermédio da Unidade Móvel de Crédito Rural, na sua tarefa pioneira de distribuir assistência e dar crédito pelo interior desta região, visando beneficiar os pequenos produtores.

V. Exa tem demonstrado na sua gestão, profundo conhecimento desses problemas, na defesa da agropecuária, visando dar ao homem do campo, a oportunidade e o direito de um viver mais humano.

Contudo, vem se ressentindo a Agência do Banco do Brasil Sociedade Anônima, de Joaçaba, de limite de aplicação para empréstimos pecuários, o que sem dúvida tem dificultado o desenvolvimento da criação de gado e gerando desânimo junto aos criadores camponenses.

Sentimos que V. Exa bem compreenderá os nossos problemas, por isso, ousamos ponderá-los nesta oportunidade.

O Município de Campos Novos foi criado há cem anos; é essencialmente agrícola-pastoril predominando a pecuária; esta região tem ótimas condições de desenvolvimento; o total do rebanho bovino, atualmente, atinge a cerca de 80.000 cabeças, sendo raças especializadas na produção de carne 65.000 cabeças; na

produção de leite e derivados, 15.000 cabeças; ovinos, na produção de 12.10.000 cabeças; suínos, 150.000 cabeças e equinos 9.000 unidades. Além da existência desse ponderável rebanho de bovino, suínos, ovinos, etc. Observa-se o grande interesse dos pecuaristas na melhoria dos campos com a introdução de pastagem artificial, para o consequente aumento da produção.

A Associação Rural, fundada no ano de 1942, sempre tem lutado na defesa dos interesses do homem do campo, bem como tem procurado aprimorar a agricultura em geral e a pecuária em particular neste Município, trabalho este que mostra o esforço patriótico e anônimo do homem do campo em prol da emancipação econômica de sua terra e do Brasil.

O Município de Campos Novos pelas perspectivas de desenvolvimento que apresenta, não tem merecido a assistência financeira oficial que faz jus.

Nesta oportunidade, pedimos vênia à Vossa Excelência, interpretando os anseios agricultores e criadores de Campos Novos, no sentido de pleitear junto aos poderes competentes, os seguintes auxílios para o desenvolvimento agrícola-pastoril desta comunidade:

1) Aumento de ..... Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) no limite de aplicação da Agência do Banco do Brasil S. A. de Joaçaba (SC), destinado à atender, preferencialmente, aos financiamentos à pecuária na região de Campos Novos.

2) Aumento no valor unitário do gado, no mínimo em ..... Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para efeito de financiamento. O teto em vigor, para gado adulto, está fora da realidade.

3) Criação e instalação de uma Agência do Banco do Brasil Sociedade Anônima nessa Cidade de Campos Novos (SC), que virá beneficiar com seus créditos aos agricultores e criadores.

A criação e instalação da Agência do Banco do Brasil S. A. na Cidade de Campos Novos tem sua razão de ser, já que outras praças vizinhas, em sua maioria desmembradas desse município e com menor expressão econômica, contam com esse meio de assistência.

Estamos certos de que com estas medidas, estaremos dando ensejo para que esse Município atinja o progresso e desenvolvimento que merece, enriquecendo assim o nosso Estado de Santa Catarina, e colaborando para o fortalecimento do desenvolvimento da Nação.

Na certeza de sermos atendidos por Vossa Excelência em nossas justas aspirações, valemos-nos do ensejo para apresentar os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosas saudações,

Pres. Associação Rural. — Pres. Associação Comercial. — Coleto Federal. — Diretor da A.C.R.E.S.C. — Pres. Cooperativa Trif. C. Novos — Pres. Câmara Municipal. — Coleto Federal. — Prefeito Municipal.

Seguem-se as assinaturas dos pecuaristas e agricultores.

Realmente, Sr. Presidente, depois que recebi o memorial subscrito pelos presidentes das entidades mais representativas desse município, autoridades federais e autoridades municipais, tive ocasião de procurar o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Medina Coeli, que, ouvindo a minha ex-

posição, me informou que o Banco, tendo em vista a necessidade do aumento de produção de gêneros de subsistência, havia adotado duas providências da mais alta importância: a primeira, liberando operações agrícolas até o limite de um milhão de cruzeiros, e a segunda, autorizando as agências do Banco do Brasil a realizarem operações maiores do que um milhão de cruzeiros, independentemente da fixação dos novos limites que estão sendo estudados pela direção central do estabelecimento.

Tais medidas, se aplicadas imediatamente, virão de fato conjurar grave perigo que iremos atravessar no correr deste ano. Os jornais já anunciam que, em virtude das condições de tempo e clima, a produção rizícola do Rio Grande do Sul será este ano de um milhão de sacas menor do que a de 1963, e que a produção de cereais no Estado de São Paulo e no Paraná, também em função dos mesmos fatores negativos, terá caído de cerca de 40% em relação à produção da safra anterior.

Nestas condições, acredo que o Banco do Brasil, para manter uma produção razoável no que toca a gêneros alimentícios, terá que fomentar por todas as formas o aumento de produção naqueles Estados em que as condições de tempo e clima não foram tão adversas.

E' bem o caso de Santa Catarina. Ao fim do ano passado, através da Carteira de Crédito agrícola e grãos — devo aqui recordar — à boa vontade do Presidente do Banco do Brasil e do Diretor da Carteira Agrícola, Dr. Léo de Almeida Neves, os limites das agências daquele Estado foram elevados de modo a atender os pedidos que estavam sendo feitos pelos agricultores das mais diversas regiões.

Ocorre, porém, que tem havido certa omissão no que toca a financiamento para os pecuaristas. A região serrana do meu Estado, constituída dos Municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Retiro Lajes, Campo Belo do Sul, Cenito, Curitibano, Campos Novos e Lebon Régis é uma região ideal para criação de gado. Ainda que as propriedades agrícolas não sejam muito extensas, as pastagens permitem que se crie intensivamente

não só gado, de corte como também gado leiteiro. E, pois, de o Banco do Brasil voltar as vistas para os reclamos justos dos pecuaristas do Município de Campos Novos, atendendo-os, através da Agência do Município de Joaçaba, nas suas justas reivindicações.

Quero, antes de passar ao outro assunto que me traz à tribuna, congratular-me com o Sr. Medina Coeli pelas duas provéncias que o Banco acaba de adotar isto é, liberação de operações agrícolas, até um milhão de cruzeiros, independentemente do limite das Agências, e prosseguimento das operações maiores que um milhão de cruzeiros, independentemente da fixação dos novos limites. Estas medidas, se adotadas com brevidade, irão de certo modo conjurar o grande perigo que estamos correndo.

Se o Governo não tomar essas providências energicas, no corrente ano certamente faltará gêneros alimentícios nos grandes centros urbanos, e então o quadro de dificuldades, de crises e desajustamentos que se verificarão em nosso País estará completo, porque será a fome rondando os lares brasileiros.

Deixo aqui, pois, Sr. Presidente, este apelo ao Banco do Brasil, para que examine a solicitação da Associação Rural de Campos Novos. E também externo minha confiança em que o Presidente do Banco do Brasil, funcionário de categoria daquele estabe-

lecimento bancário, perfeito conhecedor do mecanismo daquela instituição, aplicará as medidas que genericamente me anunciou na visita que lhe fiz há poucos dias, de modo a que se possa recuperar a economia agrícola do nosso país e se evite que a queda da produção de gêneros alimentícios venha a se transformar numa verdadeira calamidade pública.

Quero aproveitar a ocasião em que me encontro na tribuna para transmitir ao Presidente do IAPETC e ao Sr. Ministro do Trabalho a reclamação que recebi do deputado estadual Ademar Ghisi, representante do município de Tubarão, com referência à situação dos aposentados e pensionistas, beneficiários em geral daquela Autarquia, através da agência local, uma vez que ali ocorre atraso de pagamento não só das pensões e aposentadorias, como também do 13º salário. Esta situação tem criado em Tubarão, município carbonífero onde existem muitos associados do IAPETC, um clima de desgosto e inquietação.

Finalmente, desejo fazer um apelo à Câmara dos Deputados, com referência ao Projeto de lei nº 808, de origem do Senado Federal e que retifica o Plano de Classificação, procurando corrigir uma injustiça com referência às classes dos postalistas, telegrafistas e nutricionistas do Serviço Público Federal.

O projeto, de autoria do nobre Senador Gilberto Marinho, recebeu emenda de nossa autoria no sentido de que seja concedido o nível técnico, de acordo com a decisão da mais alta Corte do Poder Judiciário do nosso país, aos postalistas e telegrafistas. Encontra-se ele na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados. Solicito, pois, àquele Órgão Técnico que apresse o seu estudo para que, em breve, a proposição, visando corrigir injustiça que o Plano de Reclassificação cometeu com relação aos postalistas, telegrafistas e nutricionistas, possa subir à sanção presidencial.

Era o que a tinha a dizer. (Muitos bens).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Sr. Senador Guido Mondin.

#### O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no luxuoso Hotel Nacional de Brasília, onde a sociedade brasileira — gostaria mais de chamá-la "burguesia brasileira" — realiza suas festas, suas passarelas, suas festas de 15 anos, seus cocktails, por coincidência no seu Salão Vermelho, também se realiza algo que para mim, é uma festa macabra, festa de traição ao Brasil. Sob a capa de Congresso Internacional de Trabalhadores, ali tem lugar uma reunião que insulta a consciência democrática brasileira.

Os mineiros da terra de Tiradentes tiveram a suficiente brasiliade, a suficiente independência, a suficiente coragem para não permitir que, no Capital mineira, se realizasse esse Congresso.

— Congresso de trabalhadores. — Mentre, Sr. Presidente. Apenas uma reunião de líderes internacionais, do comunismo internacional. Tudo, aliás, que o comunismo é internacional.

É de lamentar, Sr. Presidente, que se tivesse permitido, na Capital da República, tal reunião. Ali não se discute qualquer tese de sentido trabalhista, mas, sim, pura e exclusivamente se desenvolve programa revolucionário, portanto, puramente político. Trata-se, naquele congresso, de Cuba. Trata-se da comunização do mundo; não se cuida de assunto de trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, quero juntar, neste momento, meu protesto, aos protestos oriundos de todo o País, particularmente dos mineiros. Os estudantes das Alterosas foram corajosos e democratas. Conseguiram reunir, num manifesto, a assinatura de trinta mil brasileiros, em que solicitam ao Sr. Presidente da República e das altas autoridades deste País que abrissem os olhos para aquele cometimento nefasto para os brasileiros. Russos, cubanos, tchecos, comunistas de toda parte, propagam abertamente o comunismo na Capital da República! E como se não bastasse, segundo o hoje nos jornais, reuniram agora agricultores e operários para lhes ministrar lições de marxismo a pretexto de ensinamentos agrícolas, etc.

Sr. Presidente, quero também elogiar a atitude do Prefeito de Brasília, Dr. Ivo de Magalhães. Não consentiu S. Exa. que o congresso de traição ao Brasil se realizasse na Escola Parque. Aitude corajosa a do Prefeito que precisa ser aplaudida. Que se leve à S. Exa. o nosso elogio e a nossa solidariedade.

Entendo que o processo de comunização do Brasil já vai tão longe que não mais é possível chamar à razão os maus brasileiros. Já é hora de usar os outros recursos e expedientes, na luta contra o comunismo.

Ouvimos, hoje, os dois primeiros oradores fixar "dois" dos aspectos mais graves da vida brasileira: a corrupção e a miséria que lavram tremendamente neste País. Naturalmente, onde há corrupção e miséria não se pode combater o comunismo, porque este é filho desses dois monstros. Então, como fazer para combater o comunismo? Puramente investir contra ele? Sabemos que desse modo nada conseguiremos e não temos esperanças de que soluções sejam dadas para acabarmos com a corrupção e a miséria no Brasil. E na palavra "miséria" sintetizo todas as mazelas da vida nacional.

Sr. Presidente, trago à tribuna, nessas breves palavras, minha solidariedade a todos os brasileiros que protestaram contra a realização do pseudo Congresso de Trabalhadores em Brasília. Lávrio, daqui, o meu protesto pessoal, advertindo ao povo brasileiro que não cruze os braços a cada cometimento desta natureza que se em vista realizar no Brasil, pois, o contrário, estaremos covardemente permitindo o advento do comunismo em nossa Pátria.

Parece inerível, Sr. Presidente, que alguém queira pensar sobre o que será a implantação do comunismo em nossa terra.

O nosso prezado colega, Senador Heribaldo Vieira, há tempos, regressando de uma viagem à Rússia, apesar de se ter expressado com tanta isenção e tranquilidade, fêz-nos sentir que, realmente, não há razão para a radicalização no nosso combate ao comunismo. Mas, o processo de tal sorte avançou, que, hoje é preciso radicalizarmos nossas atividades: ou se combate o comunismo, ou nos entregamos a ele para que, de uma vez para sempre, o Brasil sinta na própria carne, no próprio sangue o que o estado comunista.

Com estas palavras, Sr. Presidente, forço o meu protesto contra a presença desses indesejáveis estrangeiros, vestidos de operários, que vieram a Brasília realizar um congresso a que chamarei congresso de traição ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**  
Tem a palavra o nobre Senador Melo Braga.

**O SR. MELO BRAGA:**  
(E' lido o seguinte discurso). — Sr. Presidente, senhores Senadores é

verdadeiramente contristador ter que ocupar esta respeitável tribuna para traçar de assim o tão triste para a nacionalidade qual sejam os acontecimentos que vem se desenrolando na Petrobras, patrimônio tão querido dos brasileiros.

Ninguém desconhece a luta empunhada pelo seu povo no sentido de ser assegurada a nacionalização dessa empresa, que sofreu desde os seus primeiros minutos os maiores tropeços, a começar pela constituição da comissão encarregada de elaborar o plano por ordem do Presidente Getúlio Vargas, até o envio da mensagem ao Congresso Nacional, onde chegou desarrumada e que originou a apresentação de um substitutivo da autoria do então Deputado Euzebio Rocha, que apresentara o real plano que traçava o pensamento do Presidente Vargas.

A campanha em favor da Petrobras, faça-se justiça, foi iniciada pelo P.C.B., mas depois dos primeiros passos foi encampada pelo povo brasileiro, que sem distinção de partido veio para a rua pedir a sua criação como órgão estatal e controlador da economia no setor petrofífero.

Para a feitura da lei, criou-se na Câmara dos Deputados uma grande comissão, que era integrada dos componentes das Comissões de Finanças — Economia, Transporte, Segurança Nacional e outras que deveriam falar sobre o assunto e, nesta grande comissão, sob a presidência do mais idoso dos seus presidentes, o saudoso e respeitável ex-presidente da República, Arthur Bernardes, foram ouvidos homens ilustres que de alguma maneira poderiam se pronunciar sobre o projeto de lei que criava a Petrobras.

Muitos e muitos dias foram gastos, num verdadeiro inquérito sobre o assunto, até que afinal o grande sonho do Presidente Vargas se transformou em realidade, digo, numa realidade, com o monopólio do petróleo e seus derivados! Infelizmente esse monopólio ainda não atingiu o máximo como era de se prever, mas vai caminhando lentamente para um aperfeiçoamento.

Sabemos que a Petrobras ainda não é o desejado por todos e muitas lutas se tem travado dentro dos bastidores daquela empresa e, uma das mais vivas está se processando neste preciso momento, com um choque entre o seu presidente o honrado General Albino Silva e diversos diretores. Os casos que têm vindo a público, através de entrevistas e comunicados, bem dizem dos desentendimentos entre os maiores responsáveis por aquela autarquia.

O que não é possível se admitir é a forma agressiva como certos homens de responsabilidade conduzem os assuntos sérios que lhe são confiados e que, pela posição que acidentalmente desfrutam, procuram jogar lama na reputação alheia.

O General Albino Silva, que conheço desde moço, descendente de uma das mais ilustres famílias do Paraná e, com valor pessoal, conseguiu se impor perante os seus companheiros de farda, pela sua linha e justezas de atitudes, a par de um acentuado patriotismo adquirido no lar paterno e na caserna, onde, como soldado da pátria, tem se distinguido, sendo, inclusive, um dos mais moços generais do nosso Exército.

Privei com este ilustre General um bom tempo, quando eu, deputado licenciado, exercia uma das secretarias do honrado Governador Munhoz da Rocha, no Paraná, e o então Coronel Albino Silva era o seu Chefe de Polícia.

Numa convivência diária, pude aquilar a sua formação como ho-

mem honrado e cônscio das suas obrigações.

Desconheço as virtudes dos seus atuais opositores mas, o que é uma verdade, são os fatos trazidos a público pelo General Albino Silva, que dão o direito de se pôr em dúvida os propósitos dos mesmos.

Quando o Sr. Presidente João Goulart nomeou o General Albino Silva, para Presidente da Petrobras, bem conhecida este ilustre militar, visto que saía da Chefia da sua Casa Militar, tendo estado antes no gabinete do General Jair Dantas Ribeiro, atual Ministro da Guerra. As Forças Armadas ainda são uma garantia da nossa democracia e o sustentáculo do regime democrático e, qualquer ataque que seja feito a um dos seus ilustres membros tem, em última análise, o objetivo de desmoralizá-la, daí o nosso desejo de que o inquérito que foi pedido pelo General Albino Silva, tenha o seu prosseguimento, e, que os trabalhadores da Petrobras saibam cumprir com os seus deveres, sem se deixarem imbuir por quantos se queiram acobertar na força que representam os homens, que trabalham.

E' preciso de uma vez por todas, que o Sr. Presidente da República se capacite do poder que o povo lhe conferiu e com a maior autoridade, faça valer a sua vontade e decisão. Temos o direito de pedir isto a S. Exa, quer como correligionário —

— Economia, Transporte, Segurança Nacional e outras que deveriam falar sobre o assunto e, nesta grande comissão, sob a presidência do mais idoso dos seus presidentes, o saudoso e respeitável ex-presidente da República, Arthur Bernardes, foram ouvidos homens ilustres que de alguma maneira poderiam se pronunciar sobre o projeto de lei que criava a Petrobras.

Muitos e muitos dias foram gastos, num verdadeiro inquérito sobre o assunto, até que afinal o grande sonho do Presidente Vargas se transformou em realidade, digo, numa realidade, com o monopólio do petróleo e seus derivados! Infelizmente esse monopólio ainda não atingiu o máximo como era de se prever, mas vai caminhando lentamente para um aperfeiçoamento.

Sabemos que a Petrobras ainda não é o desejado por todos e muitas lutas se tem travado dentro dos bastidores daquela empresa e, uma das mais vivas está se processando neste preciso momento, com um choque entre o seu presidente o honrado General Albino Silva e diversos diretores. Os casos que têm vindo a público, através de entrevistas e comunicados, bem dizem dos desentendimentos entre os maiores responsáveis por aquela autarquia.

O que não é possível se admitir é a forma agressiva como certos homens de responsabilidade conduzem os assuntos sérios que lhe são confiados e que, pela posição que acidentalmente desfrutam, procuram jogar lama na reputação alheia.

O General Albino Silva, que conheço desde moço, descendente de uma das mais ilustres famílias do Paraná e, com valor pessoal, conseguiu se impor perante os seus companheiros de farda, pela sua linha e justezas de atitudes, a par de um acentuado patriotismo adquirido no lar paterno e na caserna, onde, como soldado da pátria, tem se distinguido, sendo, inclusive, um dos mais moços generais do nosso Exército.

Espero, Sr. Presidente, que o inquérito pedido pelo General Albino Silva tenha o seu prosseguimento com o maior rigorismo possível para bem demonstrar onde estão os fallos e que os mesmos respondam pelos seus atos.

Espero também que os trabalhadores da Petrobras e demais categorias profissionais não se deixem levar pelos grupos de pressão para evitar o curso dos acontecimentos e que o Sr.

Ministro do Trabalho, 1º do correionário Senador Amaury Silva, usando dos poderes que as leis lhe conferem, evite qualquer manifestação de caráter político. (Muito bem).

#### COMARQUEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guilherme.  
Zacharias de Assumpção.  
Lobão da Silveira.  
Antônio Jucá.  
Dix-Huit Rosado.  
Dinarte Mariz.  
Ruy Carneiro.  
Jefferson de Aguiar.  
Vasconcelos Torres  
Lino de Mattos.  
Melo Braga (10).

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento de informações, subscrito pelo nobre Senador Vasconcelos Torres, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

#### Requerimento nº 5, de 1964

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental requirei de V. Exa. sejam solicitadas ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, as seguintes informações:

1 — Se já tomou conhecimento do assunto constante dos Processos n.ºs 11.657-63 e 21.300-63, do SAPS referentes a compra ou distribuição de cebolas e batatas deterioradas?

2 — Se tomou conhecimento e determinou qualquer providência quanto à denúncia referente à compra e distribuição do consumo, pelo SAPS, de certa quantidade de salame "serano"?

3 — Qual o laudo do exame procedido no mesmo salame, pelo Departamento de Análises do SAPS, e qual a data desse laudo?

4 — Se tomou conhecimento da denúncia oferecida pelo Sr. Deputado Agostinho Magnoni, do Partido Trabalhista Brasileiro, Secção de Santa Catarina, sobre os Processos n.ºs 28.970-62, 28.973-62 e 15.299-63, do SAPS, referentes a voltos aquiloses de arroz e de leos vegetais, pela autarquia, sem as formalidades legais?

5 — Qual a providência tomada quanto ao item de denúncia oferecida pelo citado Deputado, que se refere à participação do Procurador Dílio Alciso de Matos Santos em uma Conferência Internacional de Hospitais realizada em Paris, em julho último, com a gratificação de Cr\$ 1.250.136,60, além de passagem de ida e volta?

6 — Quais as providências para rigorosa apuração dos fatos objeto das denúncias?

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1964. — Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento lido não depende de deliberação do Plenário. Sera, depois de publicado, despachado pela Presidência.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de projeto de lei.

E' lido, apoiado e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, o seguinte

#### Projeto de Lei do Senado Nº 3, de 1964

Institui o "Dia Nacional do Garimpeiro".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Nacional do Garimpeiro".

**Art. 2º** As comemorações do "Dia Nacional do Garimpeiro" serão anuais, realizadas no dia 2 de fevereiro.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

A profissão de garimpeiro absorve as atividades de cerca de 500.000 brasileiros, cuja grande parte é congregada pelo seu órgão de classe, o Sindicato Nacional dos Garimpeiros.

O inventivo e estímulo deste ramo das atividades altamente especializadas, e que tantas riquezas produz em benefício de nossa Pátria, é medida que se impõe através a adoção de uma das mais sentidas e ardentes desejadas das reivindicações dos valorosos e dignos garimpeiros do Brasil — a oficialização do "Dia Nacional do Garimpeiro".

A oficialização desta data tão caras corações desses nossos bravos irmãos, que vivem espalhados por vastas regiões do solo pâtrio, autênticos precursores do progresso e da civilização viria trazer, no dia de sua comemoração, a união simbólica e espiritual desses milhares de trabalhadores anônimos que, em longínquas matas e rios do Brasil, infatigáveis ameaçam a riqueza para a prosperidade e grandeza da Pátria.

Assim, nada mais justo que o Congresso Nacional venha ao encontro desse desejo simples e humano, humilde e modesto desses verdadeiros crucifíxos do trabalho árduo, áspero e duro, concretizando em um dia do calendário a sua data máxima e fraterna, o Dia Nacional do Garimpeiro.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1964. — Aarão Steinbruch.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa dois requerimentos de transcrição de documentos nos Anais, de autoria do nobre Senador Melo Braga, e que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### Requerimento nº 6, de 1964

Sr. Presidente:

Requer transcrição nos Anais dessa Casa da declaração feita pelo General Alívio Silva, Presidente da Petrobras, em caráter oficial e publi-

cada em diversos jornais da Guanabara, em data de 26.1.64.

Sala das Sessões, em 28 de Janeiro de 1964. — Melo Braga.

#### Requerimento nº 7, de 1964

Sr. Presidente:

Requeiro transcrição nos Anais dessa Casa da entrevista que o General Alívio Silva, Presidente da Petrobras, concedeu e que foi publicada no "O Globo" do Rio, em data de 25.1.64.

Sala das Sessões, em 28 de Janeiro de 1964. — Melo Braga.

#### O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos dependem de apoioamento.

Os Srs. Senadores que os apoiaram queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Estão apoiados.

#### O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

E' evidente a falta de número. Estão presentes no plenário apenas 14 Srs. Senadores. Não há número, portanto, para prosseguimento dos trabalhos.

Em consequência, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 29 de janeiro de 1964  
(Quarta-feira)

#### Votação

1

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29 de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 799 800 861 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cin-

quentenário da fundação da Prefeitura do "Aito Solimões" tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob os ns. 806 a 808 de 1963 das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3 403-B-61 na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do art. 326, nº 5-b do Regimento Interno, para o projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964 pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tórres (Líder da Maioria em exercício) Siefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 326, 5-c do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de

1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob ns. 842 843, 844 e 845 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Legislação Social; de Relações Exteriores; e de Saúde.

#### DISCUSSÃO

8

Discussão em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Tórres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francês para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1963 (de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indemnização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências tendo pareceres so bns.: 743 e 744; de 1963, das Comissões de:

— Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece à nº 1-CJ e de

— Legislação Social, favorável à projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

10

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senado Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns.: 758 e 759 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos).

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD - SP).  
 Vice-Presidente — Nogueira de Gama (PTB - MG).  
 Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN - AL).  
 Segundo-Secretário — Gilberto Mafinho (PSD - GO).  
 Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PFB - AM).  
 Quarto-Secretário — Cândido Pinheiro (PIN - PA).  
 Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN - PI).  
 Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD - RS).  
 Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

- 1 José Guimarães — Acre (em exercício)
- 2 Eugenio Barros — Maranhão.
- 3 Louão da Silveira — Pará.
- 4 Eugenio Barros — Maranhão.
- 5 Sebastião Archer — Maranhão.
- 6 Victorino Freire (em exercício o Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
- 7 Siqueira Pacheco — Piauí.
- 8 Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar da Alcântara).
- 9 Wilson Gonçalves — Ceará.
- 10 Walther Gurgel — Rio Grande do Norte.
- 11 Ruy Carneiro — Paraíba.
- 12 Leite Neto — Sergipe.
- 13 Antônio Balbino — Bahia.
- 14 Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
- 15 Gilberto Marinho — Guanabara.
- 16 Moura Andrade — São Paulo.
- 17 Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
- 18 Benedicto Valladares — Minas Gerais.
- 19 Filinto Miller.
- 20 José Feliciano — Goiás.
- 21 Juscelino Kubitschek — Goiás.
- 22 Pedro Ludovico — Goiás.

## SENADO FEDERAL

## RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.) .....  
 Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.) ..... 17  
 União Democrática Nacional (U. D. N.) ..... 15  
 Partido Libertador (P. L.) ..... 2  
 Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.) ..... 2  
 Partido Social Progressista (P. S. P.) ..... 2  
 Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.) ..... 1  
 Partido Republicano (P. R.) ..... 1  
 Partido Democrata Cristão (P. D. C.) ..... 1  
 Partido Trabalhista Renovador (M. T. R.) ..... 1

Vice-Líderes:  
 Aurelio Viana — (PSB - OB).

## II — DOS PARTIDOS

PSD  
 Benedicto Valladares — (MG).

Vice-Líderes:  
 Wilson Gonçalves — (CE).

Sigefredo Pacheco — (PI).

Walther Gurgel — (GO).

## PTB

Líder:

Artur Virgílio — (AM).

Vice-Líderes:

Amauri Silva (licenciado) — (PR).

Vivaldo Lima — (AM).

Bezerra Neto — (MI).

## UDN

Líder:

Daniel Krieger — (RS).

Vice-Líderes:

Eduardo Rezende — (RS).

Padre Calazans — (SP).

Adolfo Franco — (PR).

## PL

Líder:

Mem de Sa — (RS).

Vice-Líderes:

Aloysio de Carvalho — (BA).

## PIN

Líder:

Linhares Matos — (SP).

Vice-Líderes:

Cândido Pinheiro — (PA).

## PSP

Líder:

Mário Covito — (RJ).

Vice-Líder:

Paulo Góis — (ES).

Comissões Oponentes

## Comissão Diretora

Moura Andrade Presidente (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Adalberto Sena (PSD).

Rui Palmeira (UDN).

Gilberto Marinho (PSD).

Joaquim Parente (UDN).

Cândido Pinheiro (PIN).

Guido Mondin (PSD).

Vasconcelos Torres (PTB).

Jefferson de Aguiar (PSD — ES).

## LIDERANÇAS

## I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

## Líder:

Barros Carvalho — (PTB) — (PE).

## Vice-Líderes:

Victorino Freire — (PSD — MA).

Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).

Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).

Lobão da Silveira — (PSD) — (PA).

Artur Virgílio — (PTB — AM).

Bezerra Neto — (PTB) — (MI).

## MINORIA

## Líder:

João Viana — (UDN) — (PB).

## Vice-Líderes:

Daniel Krieger — (UDN) — (RS).

Mem de Sa — (PI) — (RS).

PROJETOS DE REPRESENTAÇÕES

## Líder:

Lino de Matos — (PIN) — (SP).

## Comissão de Agricultura

## 7 MEMBROS

Presidente — Vaze.

Vice-Presidente — Ezequiel Barros (PSD).

## COMPOSIÇÃO

## P. S. D.

## REP. P. B.

Ezequiel Barros.

Jose Medeiros.

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

- Adalberto Sena — Acre  
 Oscar Passos — Acre  
 Vivaldo Lima — Amazonas.  
 Edmundo Levi — Amazonas.  
 Artur Virgílio — Amazonas.  
 Antonio Juca — Ceará  
 Dix Hill Roedo — Rio Grande do Norte  
 Arezimiro de Pignatredo — Paraíba  
 Barros Carvalho — Pernambuco  
 Peixoto de Queiroz — Pernambuco

## PARTIDO REPUBLICANO (PR)

- Jílio Leite — Sergipe  
 Arnon de Mello — Alagoas.

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

- Joseph Marinho — Bahia  
 Heitor Vieira — Sergipe.

## SEM LEGENDA

- Joseph Marinho — Bahia  
 Heitor Vieira — Sergipe.

## SUPLENTES

- 1 Atílio Fontana.  
2 Pedro Lúdovico.  
P. I. B.  
TITULARES  
Raúl Giuerti.  
Dix-Huit Rosado.  
Nelson Macuan (Licenciado).  
SUPLENTES  
1 Eduard Cataño (\*).  
2 Aarão Steinbruch.  
3 Vago.

## U. D. N.

## TITULARES

- Lopes da Costa.  
Antônio Carlos.  
SUPLENTES  
1 Daniel Krieger.  
2 João Agripino.  
SUBSTITUTOS  
Reuniões  
Quartas-feiras, às 16 horas.  
Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9

## Comissão de Constituição e Justiça

(II MEMBROS)

- Presidente - Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente - Wilson Gonçalves (PSD)

## COMPOSIÇÃO

## P. S. D.

## TITULARES

- Jefferson de Aguiar.  
Ruy Carneiro.  
Locac da Silva.  
Wilson Gonçalves.  
Josaphat Marinho.

## SUPLENTES

- 1 Menezes Pimentel (Licenciado).  
2 Leite Neto.  
3 Benedito Valladares  
4 Aarão Steinbruch.

## P. I. B.

## TITULARES

- Amaury Silva (Licenciado).  
Bezerra Neto.  
Edmundo Levi.

## SUPLENTES

- 1 Argemiro de Figueiredo (\*\*).  
2 Silvestre Pericés.  
3 Melo Braga.

## U. D. N.

## TITULARES

- Aloysio de Carvalho.  
Milton Campos.

- 1 Alonso Arinos.  
2 Daniel Krieger.  
3 João Agripino.

## Reuniões

- Quarta feira, às 16 horas.  
Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Oficial Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição ao senhor Nelson Macuan como titular.  
(\*\*) Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

## Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

- Presidente - Lino de Matos.  
Vice Presidente - Pedro Lúdovico

## COMPOSIÇÃO

## P. S. D.

## TITULARES

- Menezes Pimentel.  
Pedro Lúdovico.  
Lino de Matos.

## SUPLENTES

- 1 Flávio Müller.  
2 Eugenio Barros.  
3 Heribaldo Vieira.

## P. I. B.

## TITULARES

- Óscar Passos.  
Dix-Huit Rosado.

## SUPLENTES

- 1 Aarão Steinbruch.  
2 Antônio Jucá.

## U. D. N.

## TITULARES

- Dinarte Mariz.  
Eurico Rezende.

## SUPLENTES

- 1 Lopes da Costa.  
2 Zacharias de Assunção.

## Reuniões

- Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Júlia Ribeiro dos Santos  
Oficial Legislativo PL-8.

## Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

- Presidente - Flávio Müller (PSD)  
Vice-Presidente - José Ermírio - PTB

## COMPOSIÇÃO

## P. S. D.

## TITULARES

- Flávio Müller.

- Eugenio Barros.

- Atílio Fontana.

- José Guiomard (Licenciado).

## SUPLENTES

- 1 Jefferson de Aguiar (\*).  
2 Sigeredo Pacheco  
3 Sebastião Archer  
4 Josaphat Marinho  
5 José Kairala

## P. I. B.

## SUBSTITUTOS

## TITULARES

- José Ermírio  
Nelson Macuan (Licenciado)  
Julio Leite

## SUPLENTES

- 1 Oscar Passos (\*\*).  
2 Bezerra Neto

(\*) - Em substituição ao Senhor José Guiomard como titular.  
(\*\*) - Em substituição ao Senhor Nelson Macuan, como titular.

(\*\*) - Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

## SUBSTITUTOS

- 1...A. Andrade

2. Melo Braga

## U. D. N.

## TITULARES

- Adolfo Franco  
Lopes da Costa

## SUPLENTES

1. José Cid  
2. Zacarias de Assunção  
Reuniões terça-feira - 16:00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

## P. T. B.

## TITULARES

- Argemiro de Figueiredo.  
Bezerra Neto.  
Dix-Huit Rosado.  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio.

## SUPLENTES

1. Nelson Macuan (Licenciado).  
2. Lino de Matos.  
3. Amaury Silva (Licenciado).  
4. Aurélio Vianez  
5. Antônio Jucá.

## SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.  
2. Melo Braga.

## U. D. N.

## TITULARES

- Daniel Krieger.  
Dinarte Mariz.  
Irineu Bornhausen.  
Lopes da Costa.

## SUPLENTES

1. Adolfo Franco.  
2. Eurico Rezende.  
3. João Agripino.  
4. Milton Campos.

## P.

## TITULARES

- Mêm de Sá.

## SUPLENTES

1. Aloysio de Carvalho.  
Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras - 16:00 horas.  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10.

## Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

- Presidente: Vivaldo Lima - PTB  
Vice-Presidente: Ruy Carneiro - (PSD)

## COMPOSIÇÃO

## P. S. D.

## TITULARES

- Ruy Carneiro.

## Walfredo Gurgel.

- José Guiomard (Licenciado).

- Raul Gubert.

## SUPLENTES

1. Leite Neto.  
2. Lobão da Silveira.

## TITULARES

- Antônio Carlos

- Padre Calazans

- Mêm de Sá

## SUPLENTES

1. Adolfo Franco.  
2. Milton Campos  
3. Arnon de Melo

Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras - 16:00 horas

- Secretário: Vera de Alvarenga Maia, Oficial Legislativo PL-7.

## Comissão de Finanças

(16 MEMBROS)

- Presidente - Argemiro de Figueiredo - (PTB).

- Vice-Presidente - Daniel Krieger - (UDN).

## P. S. P.

## TITULARES

- Victorino Freire

- Lobão da Silveira.

- Sigeredo Pacheco.

- Wilson Gonçalves.

- Leite Neto.

## SUPLENTES

1. José Guiomard (Licenciado).  
2. Eugenio Barros.

3. Menezes Pimentel.

4. Atílio Fontana.

5. Pedro Lúdovico.

## SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

## P. T. B.

## TITULARES

- Amaury Silva (Licenciado).

- Heribaldo Vieira

- Vivaldo Lima

## TITULARES

1. Alcides Vieira (\*\*).

2. Pessoa de Queiroz.

3. Antônio Jucá.

(\*) - Em substituição ao Senhor José Guiomard como titular

(\*\*) - Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular

## SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

## TITULARES

Eurico Rezende

Antônio Jucá

2. Lopes da Costa

4. Zacarias de Assunção

Reuniões: 4. s. feira: às 10 horas.

## SUPLENTES

Secretário: Vera de Alvarenga Ma-  
fra, Oficial Legislativo, PL-7.Comissão  
do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)  
Vice-Presidente — Aurélio Viana  
(PSD)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Wilton Gonçalves

Ruy Carneiro

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

## T. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado

Aurélio Viana

## S. N. T.

1. Argemiro de Figueiredo  
2. Aron da Melo

3. Júlio Leite

## U. D. N.

## TITULARES

Dinarte Mariz

José Cândido

## SUPLENTE

1. João Agripino  
2. Lopes da Costa  
Reuniões: 5. s. feiras — 16 horas  
Secretário: Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9.

## Comissão de Redação

(6 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado  
(PTB)

Vice-Presidente — Padre Calazans

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Walfrido Gurgel  
Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira  
2. José Feliciano

## SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado

## SUPLENTE

Heribaldo Vieira

## U. D. N.

## TITULARES

Padre Calazans

Júlio Leite

## SUPLENTE

1. João Agripino

2. Josephat Marinho

Reuniões: 4. s. feiras às 16 horas

Secretário: Sarah Adriano. Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão  
de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar  
(PSD)Vice-Presidente — Passos de Queiroz  
(PTB)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Benedito Valladares

Flávio Müller

Jefferson de Aguiar

Aarão Steinbruch

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel  
2. Ruy Carneiro  
3. José Guilomard (licenciado)  
4. Victorino Freire

## SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. F. B.

## TITULARES

Pessoa de Queiroz

Vivendo Lima

Eduardo Cataiaó

## SUPLENTE

1. Oscar Passos  
2. Argeomiro de Figueiredo  
3. Antônio Jucá

U. D. N.

## TITULARES

Antônio Carlos

José Cândido

Padre Calazans

Arnon de Melo

## SUPLENTE

1. Daniel Krieger  
2. Eurico Rezende  
3. João Agripino  
4. Mem de Sá

Reuniões: 5. s. feiras — 15,00 horas

Secretário: Castejon J. B. Branco  
Oficial Legislativo, PL-6.

## Comissão de Saúde

(15 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado  
(PTB)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Pedro Ludovico

Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Eugenio Bastos

2. Walfrido Gurgel

P. I. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado

Supentes

Antônio Jucá

U. D. N.

## SUPLENTE

1. Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

## SUPLENTE

Raul Gilberti  
Reuniões: Quintas-feiras — 10 ho-  
ras).Secretário: Eduardo Rui Barbosa  
Auxiliar Legislativo PL-10.Comissão  
de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção  
(UDN)Vice-Presidente — Silvestre Peri-  
cipes (PTB)

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

José Guilomard (licenciado),  
Victorino Freire

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro  
1. Atílio Fontana (\*)

## SUSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

## TITULARES

Silvestre Pericpes  
Oscar Passos

## SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado  
2. Vago

UDN

## TITULARES

Irineu Bornhausen  
Zacarias de Assunção

## SUPLENTE

1. Adolfo Franco  
2. Eurico Resende

P. S. P.

## TITULAR

Raul Gilberti

## SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 ho-  
ras).Secretário: Alexandre Pfaender,  
Oficial Legislativo, PL-8.

## C. Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Pericpes  
(PTB)

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

Leite Neto

Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Victorino Freire  
2. Benedito Valladares

PTB

## TITULARES

Silvestre Pericpes  
Nelson Maculan (licenciado)

## SUPLENTE

1. Edmundo Levi  
2. Vago

UDN

## TITULARES

Antônio Carlos

## SUPLENTE

(\*) — Em substituição ao sr. José

Guilomard, como titular.

## Prorrogações:

Antonio Carlos

Padre Calazans

## SUPLENTE

1. Dinarte Marins

Lopes da Costa

## PL

## TITULAR

Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16:00 ho-  
ras.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Transportes, Co-  
municações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)  
Vice-Presidente — Irineu Bornhau-  
sen (UDN)

## PSL

## TITULARES

José Feliciano

Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar

2. Flávio Müller

## PTB

## TITULAR

Bezerra Neto

Lino de Matos

## SUPLENTE

1. Silvestre Pericpes

## UDN

## TITULAR

Irineu Bornhausen

## SUPLENTE

Zacarias de Assunção

Reuniões: Quartas-feiras — 16:00 ho-  
ras.Secretário: Alexandre Pfaender,  
Oficial Legislativo, PL-8.Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 2, de 1961.Dispõe sobre: Altera os arti-  
gos 28, 56, 58, 60, 110 e o para-  
grafo único do art. 112 da Cons-  
tituição Federal.— organização administrativa  
do Distrito Federal;— vencimentos dos desembar-  
gadores do Tribunal de Justiça  
do Distrito Federal;— regime de rendas do Distri-  
to Federal;— composição da Câmara dos  
Deputados e do Senado Federal  
e do Tribunal Superior Eleitoral;— processo de escolha do Pre-  
sidente e do Vice-Presidente do  
Tribunal Regional Eleitoral do  
Distrito Federal;— aplicação da cota do impôsto  
de renda «inada» aos Municí-  
pios;Eleita em 15-6-1961, com exceção  
dos Srs. Senadores;  
Barros Carvalho — designado em  
30-2-1962.Nelson Maculan — designado em  
5-5-1963.  
Lobão da Silveira — designado em  
23-4-1963.Lopes da Costa — designado em  
29-10-1962.

## SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 16-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 788-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
- 2 Lobo da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedicto Valadares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Nelson Maculan — PTB.
- 7 Silvestre Pericles — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTE.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sa — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3. de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Apresentadora do funcionário aos trinta anos de serviço)

Eleito em 21-6-62, salvo os Srs Senadores:

Lobo da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963

## Prorrogações:

Até 12-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 — Requerimento número 788-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobo da Silveira — Relator — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedicto Valadares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD
- 6 Silvestre Pericles — Relator — PTB
- 7 Amaury Silva — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Lopes da Costa — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Ruy Palmeira — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL
- 16 Mem de Sa — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4. de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 9º da Constituição Federal, que determina das vencimentos dos servidores.

Eleita em 15-6-61, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa — designado em 29 de outubro de 1962

Lobo da Silveira — designado em 28 de abril de 1963

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963

Prorrogações:

Até 12-12-1962 — Requerimento nº 609-61, aprovado em 14-12-61

Até 15-12-1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobo da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedicto Valadares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sa — PL.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 68, item I da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missões diplomáticas de caráter permanente e aprovar o estabelecimento rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 28 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 28 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 28 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 26 de abril de 1963;

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61 aprovado em 14-12-1961

Até 15-12-1963 — Requerimento número 788-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobo da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Guido Mondin — PSD.
- 10 Milton Campos — UDN.
- 11 Heribaldo Vieira — UDN.
- 12 Lopes da Costa — UDN.
- 13 Aloysio de Carvalho — PL.
- 14 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8. de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Constituição Federal, nº 4 de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo.

Sobre a exonerar o Pro-

pôsta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter

permanente.

Eleita em 5 de outubro de 1961

salvo os Srs Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962;

Amaury Silva — Designado em 23 de abril de 1962;

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 788-62 aprovado em 2 de dezembro de 1962

## Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobo da Silveira — PSD
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Pinto Ferreira — PSB
- 7 Bezerra Neto — PTB
- 8 Amaury Silva — PTB
- 9 Vivaldo Lima — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Lopes da Costa — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 18 substitui o § 5º do artigo 18 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1963;

## Prorrogações:

Até 14 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 609-61 aprovado em 14-12-61

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 788-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobo da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Ruy Palmeira — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10. de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicando a parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios.

Eleita em 28-2-1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30-3-1962;

Guido Mondin — designado em 29-3-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Silvestre Pericles — designado em 23-4-1963;

Caiete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

## Senadores — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobo da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Vág — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Lopes da Costa — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Joséphat Marinho — Segunda
- 16 Lino de Matos — PTN.

## Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11. de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (criação de novos Municípios).

Eleita em 28-3-1962 salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin — designado em 28-3-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Caiete Pinheiro — designado em 23-4-1963.

## Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 64-62 aprovado em 12-12-62.

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobo da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Mário Covas — PSP
- 16 Caiete Pinheiro — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.**

(Altera a redação do art. 186 da Constituição referente a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Géricles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTE
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Eurico Rezende — UDN
- 13 João Agripino — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Aurélio Vianna — PSB.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.**

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em ..... 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em .. 23-4-1963;

**Prorrogação:**

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD

- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Silvestre Géricles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTE
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Josaphat Marinho — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Mattos — PTN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963**

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

**Membros — Partidos**

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
Ruy Carneiro — PSD;  
Wilson Gonçalves — PSD;  
José Feliciano — PSD;  
Lobão da Silveira — PSD;  
Bezerra Neto — PTB;  
Edmundo Levy — PTB;  
Argemiro de Figueiredo PTB;  
Meio Braga — PTB;  
Milton Campos Presidente — UDN;  
Aloysio de Carvalho — UDN;  
Afonso Arinos — UDN;  
Eurico Rezende — UDN;  
Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações;

Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 551-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

**Membros — Partidos**

- Jefferson de Aguiar — Presidente — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Arthur Virgílio — PTB  
Edmundo Levy — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
Josaphat Marinho — UDN

**Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões nela geradas na exportação.**

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20-8-1963).

(5 MEMBROS)

**Membros — Partidos**

- José Feliciano — PSD  
Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermírio (Presidente) — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.**

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 19-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Menezes Pimentel — PSD
- 6 Leite Neto — PSD
- 7 Silvestre Géricles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTE
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Mem de Sá — PL
- 16 Miguel Couto — PSD

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.**

Da nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto

**Josaphat Marinho**

Eurico Rezende

Miguel Couto (design. o dia 23 de 11 de 1963).

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Leite Neto — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Vago — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTE
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Josaphat Marinho — UDN
- 13 Daniel Krieger — UDN
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Mem de Sá — PL
- 16 Miguel Couto — PSD

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.**

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores

Josaphat Marinho

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Júlio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

**Prorrogação:**

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 90-62, aprovado em 12-12-1962.

**Membros — Partidos**

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Wilson Gonçalves — PSD
- 5 Benedito Valdades — PSD
- 6 Menezes Pimentel — PSD
- 7 Vago — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTE
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Daniel Krieger — UDN
- 15 Mem de Sá — PL
- 16 Josaphat Marinho — S/legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.**

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 6º da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 22-12-1962, salvo os Srs. Senadores:

- Wilson Gonçalves
- Eurico Rezende
- Amaury Silva
- Raul Glübert (designados em 23 de abril de 1963).

Protagonismo:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mário de São — PI
16. Raul Glübert — PSP

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.**

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres.

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.**

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal referentes ao direito de propriedade.

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.**

Dá nova redação aos artigos n.os 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catalão — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.**

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos:

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB

Bezerra Neto — PTB

Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Adalberto Sena — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

João Agripino — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — S. legenda

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.**

Dá nova redação ao item II, e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações.

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vago — PTB
- Humberto Neder — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-8-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio.)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos:

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugenio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 3-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador José Ermírio.)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos:

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugenio Barros — PSD
- José Ermírio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

Adolpho Franco — UDN

Aurélio Viana — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos:

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Leite Neto (Presidente) — PSD  
Nelson Maculan — PTB  
João Agripino (Relator) — UDN  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.**

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Góvea Vieira)

(6 MEMBROS)

- Membros — Partidos:  
Atílio Fontana (Presidente) — PSD  
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD

José Ermírio (Relator) — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
Aurélio Viana — Pequenas Representações.

**Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

(Criada em virtude da aprovação, em 18-8-1963, sessão extraordinária do Requerimento nº 531-63, do Senador José Ermírio.)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos:

- José Feliciano — PSD  
Atílio Fontana — PSD  
Eugenio Barros — PSD  
José Ermírio (Relator) — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Melo Braga — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Milton Campos — Presidente — UDN  
Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

TRECHO DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA NA SESSÃO DE 24 DE JANEIRO DE 1964, QUÉ SE PRODUZ POR TER SAÍDO COM INCORRÉCÃO.

O SR. VIVALDO LIMA — O aperto de um cultor de Direito, inserido nestas minhas palavras, realmente dá-lhe mais força. E o testemunho de um homem também dedicado às coisas do Direito, um dos seus expoentes mais notáveis, reconhecido pela própria Pátria e que nesta Casa tão brilhantemente se tem havido Aloysio de Carvalho enriquece estas palavras de saudade, num dos mais belos e oportunos testemunhos que desejaríaria para continuar tudo aquilo que acabei de pronunciar, sem qualquer exagero. Agradeço a V. Exa.

## ATAS DAS COMISSÕES

### Comissão Parlamentar de Inquérito do D.C.T.

ATA DA 11ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1963

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e três, às dez horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Wilson Gonçalves, Presidente, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto, Jefferson de Aguiar, João Agripino, Atílio Fontana, Líte Neto e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela aprovação da Resolução nº 32, de 1963, para tomada de depoimento do Senhor Pedro José Lofredo, Industrial, estabelecido à Rua São Bento nº 11 na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Deixam de comparecer, por causa justificada, os Senhores Senadores Aurélio Vianna, Artur Virgílio, Daniel Krieger Júlio Leite e Melo Braga.

E' Ida, aprovada e assinada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente, abrindo os trabalhos, fêz ver ao inquiriente, numa advertência, que a sua posição nessa Comissão assemelha-se a de testemunha, tendo o mesmo, portanto, o dever cívico de dizer a verdade e, em seguida, concede a palavra ao Senhor Senador Eurico Rezende, Relator para dar início a sua inquirição a testemunha nesta oportunidade arrolada.

Com a palavra, o Senhor Senador Eurico Rezende, faz uma série de perguntas ao depoente.

O Senhor Relator dá por terminada suas indagações, a testemunha de tudo o que ela sabe a propósito de determinados fatos ocorridos no Departamento dos Correios e Telégrafos e, pelo Senhor Presidente, é dada a palavra ao Senhor Jefferson de Aguiar que passa a interrogar o depoente.

No decorrer dos trabalhos, em resposta a uma pergunta do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, o Senhor Pedro José Lofredo, apresenta, espontaneamente, dois documentos relacionados com o fornecimento ao Departamento dos Correios e Telégrafos de Sacos de Lona. E, a requerimento do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, deferido pelo Senhor Presidente, os citados documentos são juntados aos autos do processo.

Os debates travados na presente reunião foram gravado e taquigrafado. E, o depoimento, tomado a termo foi assinado pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Relator, pelo Senhor Depoente e pelo Secretário da Comissão. As notas taquigráficas, por determinação do Senhor Presidente, serão publicadas como parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e quarenta minutos, encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão layre a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO A ATA DA 11ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1963 AS 10,00 HORAS PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA

Presidente: Senador Wilson Gonçalves

Relator: Senador Eurico Rezende (Tomada do depoimento do Senhor Pedro José Lofredo)

O SR. PRESIDENTE — Está aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do D.C.T.

O Senhor Secretário vai proceder à leitura das atas da penúltima e da última reunião.

O SR. PRESIDENTE — Lê as atas da penúltima e da última reunião, as quais são aprovadas sem debates.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Pedro José Lofredo, sua posição ao comparecer nesta Comissão de Inquérito — resultante de deliberação do Senado para apurar irregularidades denunciadas como existentes no D.C.T. — assemelha-se à de testemunha. A lei que regula o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, diz que se aplica, neste caso, o Código de Processo Penal. De forma que V. S<sup>a</sup>, na introdução do seu depoimento deve ser advertido do dever cívico de dizer a verdade e sómente o que for verdadeiro ou pôde.

Está com a palavra, portanto, o nobre Senador Eurico Rezende, como Relator da Comissão.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Pedro José Lofredo, pela sua qualificação vejo que V. Ex<sup>a</sup> é comerciante. Conheço, portanto, perguntando a V. S<sup>a</sup> qual a firma ou firmas, singulares ou coletivas, das quais V. S<sup>a</sup> é titular ou participante.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Sou titular, presidente, da Companhia de Tecidos Bom Pastor, cuja fábrica fica na Rua São Miguel, 783; também sou Presidente da firma "Cruzador", Indústrias e Confecções Sociedade Anônima, estabelecida à Rua da Candelária, 85; Sou acionista da Porlido Maia, Comércio e Indústria S. A., estabelecida à Rua São Bento, 11 — Loja; e também sou acionista da Firma Jorge Pereira, Comércio e Indústria S. A., estabelecida à Av. Presidente Vargas número 294 — 9º andar.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

Que o declarante é Presidente da Companhia de Tecidos Bom Pastor e da Companhia Industrial e Comercial Couracados e Cruzador Indústria de Confecções S. A., com endereços à Rua S. Miguel, 783, Rua São Bento, 11 e Rua da Candelária, 85, respectivamente; que é acionista de Porlido Maia, Cia. Indústria S. A., a Rua São Bento nº 11, loja e Jorge Pereira, Comércio, Indústria S. A., com sede à Av. Presidente Vargas, 294, 9º andar;

Desde quando o Senhor transaciona com o DCT?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Há cinco anos, mais ou menos.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando)

"Que, aproximadamente, há cinco anos, transaciona com o DCT";

Essas transações podem ser qualificadas como freqüentes, esporádicas ou permanentes?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Mais esporádicas.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando ao Secretário).

"Que ditas transações são realizadas esporadicamente";

Essas transações que o Senhor alga fazer com o DCT são precedidas de concorrência pública ou de coleta de preços?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Das duas formas.

O SR. EURICO REZENDE — Qual a que predomina?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — A de maior vulto é sempre de concorrência pública.

O SR. EURICO REZENDE — E quanto ao número?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — São poucas as coletas de preços.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando):

"...que referidas transações são precedidas ora por concorrência pública, ora pelo sistema de coleta de preços, sendo que o primeiro tipo, tanto pelo número como pelo significado financeiro predomina."

Tôdas essas firmas mencionadas por V. S<sup>a</sup> têm tido relações com o D.C.T. de concorrência e coletas de preços ou, apenas, algumas.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Com exceção da Cia. Bom Pastor, as demais têm operado com o D. C. T.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando ao Secretário):

"...que, excetuada a Companhia Bom Pastor, as demais têm operado dentro da relação mencionada neste depoimento com o D.C.T.";

Quais são as mercadorias ou serviços objetos dessas concorrências e dessas coletas de preços.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — De uma forma geral são sacos para correspondência, material de consumo habitual no Correios e roupas, carteiras e mensageiros.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando):

"...que, de modo geral constitui objeto daquelas transações o fornecimento de sacos para correspondência, material de consumo usual e roupas para carteiras e mensageiros";

As suas firmas podem ser consideradas, de modo geral, como as comumente vitoriosas, quer nas concorrências, quer nas concorrências públicas, quer na coletas de preços.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Não.

O SR. EURICO REZENDE — Pelas estatísticas que V. S<sup>a</sup> possa ter predominam outras ou a de V. S<sup>a</sup>.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Outras firmas predominam.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando ao Secretário):

"que, estatisticamente, as firmas representadas pelo declarante não são as beneficiadas pela concorrência e coletas de preços, de vez que outras firmas estranhas às atividades do despacho constituam o maior número das que efetuam as referidas transações";

Quais são as suas relações com o Coronel Dagoberto e V. Ex<sup>a</sup> referiu que há cinco anos iniciou sua atividade nessas concorrências e coletas de preço, portanto, no tempo do Coronel Borges.

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Anteriormente.

O SR. EURICO REZENDE — Quem era o Diretor quando V. S<sup>a</sup> começou?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Não me recordo.

O SR. EURICO REZENDE — Mas recorda-se da gestão do Coronel Gustavo?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Sim.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando):

"que, não se recorda, no momento, do nome do Diretor Geral do D. C. T., quando, com esta Repartição, o docepo iniciou suas operações comerciais, lembrando-se, porém, da substituição, no referido cargo, do Cel. Gustavo Borges".

O Senhor tinha relações de amizade com o Cel. Gustavo Borges?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Ligeiras.

O SR. EURICO REZENDE — Relações de amizade ligeiras ou conhecimento ligeiro?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Conhecimento ligeiro.

O SR. EURICO REZENDE — E com relação ao Cel. Dagoberto Rodrigues?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Eu o vi uma ou duas vezes. Não posso precisar se foi uma ou duas vezes.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando):

"que, com o Cel. Gustavo Borges, teve conhecimento ligeiro, e, relativamente ao Cel. Dagoberto Rodrigues, 'vou' ayenau uma ou duas vezes".

Essa única vez ou essas duas vezes em que o Senhor viu o Cel. Dagoberto Rodrigues foi no gabinete?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Foi, sim Sr.

O SR. EURICO REZENDE — No gabinete dele?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Sim.

O SR. EURICO REZENDE — Conversaram?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Conversamos. Fui levado lá pelo Deputado Crisanto Moreira da Rocha.

O SR. EURICO REZENDE — (ditada):

"que, esclarecendo, a única vez ou nas duas vezes que teve contacto com o Cel. Dagoberto Rodrigues, foi no gabinete desse; Foi levado lá as duas vezes, ou uma vez só?"

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — Faz dois anos e pouco, não posso precisar certo.

O SR. EURICO REZENDE — (ditada):

"em uma das vezes, pelo menos, foi levado pelo então Deputado Crisanto Moreira da Rocha; Porque o Sr. foi conduzido pelo Deputado Crisanto Moreira da Rocha? Qual o objetivo do assessoramento do Deputado Crisanto?

O SR. PEDRO JOSÉ LOFREDO — O objetivo era que o Diretor que antecedeu o atual do material me havia recusado uma mercadoria e queriam anular os empenhos.

O SR. EURICO REZENDE — (dia 2º Secretário):

"que a circunstância de ter ido declarante

"... à presença do Coronel Dagoberto Rodrigues, na companhia do então Deputado Crisanto Moreira da Rocha, decorreu do fato de haver o Diretor do Material do DCT, que antecedeu ao atual titular do cargo, criado embarrago à aceitação de mercadorias fornecidas por uma das firmas do declarante."

O Deputado Crisanto Moreira da Rocha era autoridade no DCT, ou algo pessoal, íntimo do Coronel Dagoberto Rodrigues, de modo a que pudesse exercer os seus bons ofícios no sentido de ser afastado aquele embarrago?

O SR. PEDRO LOFREDO — Fiz essa reza, que sózinho não se a reza. Então, preciso um amigo comum...

O SENHOR EURICO REZENDE — (ditando) — “que, conhecendo as relações de amizade existentes entre o Deputado e o Coronel Dagoberto Rodrigues pediu a interlocução daquela apenas com a finalidade de ter acesso ao Gabinete do Diretor-Geral do DCT, passou sem essa influência talvez fosse impossível ou demorado o referido acesso.

Dr. Lofredo, em que consistiu e de que derivou o embaraço oferecido pelo Diretor do Material?

Qual era a mercadoria?

O SR. PEDRO LOFREDO — Era sacos para correspondência. A costura em vez de estar a um centímetro, estava a meio centímetro o lugar indicado.

O SENHOR EURICO REZENDE — (ditando)

“que o embaraço mencionado neste depoimento, oferecido pelo Diretor do Material do DCT, resultou do fato de estarem os sacos para correspondência, objeto de concorrência pública, com a linha de costura deslocada da especificação, isto é, com um afastamento de 1/2 centímetro, quando o encomendado deveria ser de um centímetro.”

O Sr. fez as reclamações ao Coronel Dagoberto Rodrigues e o que resultou disso?

O SR. PEDRO LOFREDO — Me mandou que eu fizesse por escrito a reclamação apresentando as mesmas razões e, decorridos alguns meses, fui autorizado a retirar a mercadoria, recosturá-la e entregá-la novamente.

O SENHOR EURICO REZENDE — (ditando).

“que, apresentada a reclamação, o Cel. Dagoberto Rodrigues respondeu ao declarante que a traduzisse por escrito o que foi feito pelo depoente resultou em que alguns meses depois o declarante retratasse a referida mercadoria a recosturasse na forma da especificação, sendo, então, aceita pelo DCT.”

O Sr. recebeu logo depois que entrou a mercadoria a receber o dinheiro ou levou muito tempo?

O SR. PEDRO LOFREDO — Levei um ano e meio.

O SENHOR EURICO REZENDE — Quer dizer que a ida do Deputado Crissanto de Miranda Rocha junto com V. S<sup>a</sup> à presença do Cel. Dagoberto Rodrigues piorou a situação?

O SR. PEDRO LOFREDO — A idéia era somente para explorar os meus motivos, nada era como fator de receber.

O SENHOR EURICO REZENDE — (ditando).

“que, entregue a mercadoria nas condições retro referidas, o DCT, levou ainda “cerca de um ano”.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Um ano e meio.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando) —

“um ano e meio para efetuar o respectivo pagamento”.

Dr. Lofredo, quanto a concorrência pública, todos nós sabemos como se processa, porque prevista qualificadamente no Código de Contabilidade? Agora, com relação a coleta de preços, em que o Código de Contabilidade estabelece revisão, mas de modo muito escasso, deixando quase ao arbitrio e conveniência das respectivas tomadoras de preço, pergunta: no que se refere às suas fir-

mas, como se processam essas tomadas essas coletas de preço?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Elas são afixadas num quadro nos Correios, julgo eu, porque vou muito pouco aos Correios.

O SR. EURICO REZENDE — Não são publicadas na imprensa?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Elas são publicadas num boletim de concorrência pública.

O SR. EURICO REZENDE — Boletim?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Sim, Boletim Informativo de Concorrência Pública, que circula no Rio de Janeiro.

O SR. EURICO REZENDE — E de circulação restrita ao ambiente comercial, melhor dizendo, aos assinantes ou é de venda, pública e divulgação coletiva?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Ele é restrito aos assinantes do Boletim.

O SR. EURICO REZENDE — A divulgação é feita através de editais afixados no D. C. T. e divulgados, também, nesse boletim?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Nesse boletim informativo.

O SR. EURICO REZENDE — O Sr. não se lembra de o Diário Oficial ter publicado, e, também em algum jornal da imprensa livre?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Não não.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando).

“Que a chamada para a coleta de preços referida nesse mencionado depoimento se opera através de um quadro afixado no D.C.T.”

Agora, o Boletim publica o quadro todo ou faz referência que está no D.C.T. o quadro?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — No quadro há a coleta e os funcionários vão e copiam do quadro.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando)

E com as respectivas referências num Boletim Comercial Informativo que circula entre os assinantes:

O SENHOR EURICO REZENDE — (ditando)

“... que nem a Imprensa Oficial, nem os órgãos da Imprensa particular divulgam os assuntos relacionados com as coletas de preços.

V. Sa. tem transações também com outras repartições, além do D. C. T.?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Tenho.

O SENHOR EURICO REZENDE — E com relação a essas outras repartições os editais de coleta de preços têm divulgação mais ampla?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — A mesma coisa.

O SENHOR EURICO REZENDE — (ditando)

“... que as firmas do declarante transacionam, também, com outras repartições públicas, e a esse respeito o sistema de coleta de preços é o mesmo que vigora no que concerne ao D. C. T.

Sr. Presidente, nada mais a perguntar. Peço a V. Exa. que dê a palavra ao nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se pode informar quais as outras firmas localizadas na Rua São Bento, 11, além das referidas, de propriedades ou participação do depoente.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Só as que acabei de declarar.

Não tenho outras Firms além dessa.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — No edifício da Rua São Bento 11 não há outras Firms, além das que pertencem a V. Sa.?

O SENHOR EURICO REZENDE — Funciona ali, também um Escritório da Companhia de Tecidos Bom Pastor.

— (Ditando).

O SENHOR EURICO REZENDE

“... que, além das Firms mencionadas, não tem sede à Rua São Bento nº 11, nenhuma outra Firma valendo, porém, esclarecer que no referido endereço existe o Escritório da Companhia de Tecidos Bom Pastor, da qual o depoente é Presidente”.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Que participação tem, direta ou indiretamente, ou relações pessoais que mantém com os Diretores ou acionistas das seguintes firmas: J. Torquato & Cia., Ltda., Indústria e Comércio Roall Ltda., Coração Cardim Sociedade Anônima; ISEL, Comércio e Indústria Ltda.?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Não as conheço.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — O Sr. não se lembra de o Diário Oficial ter publicado, e, também em algum jornal da imprensa livre?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Sou amigo pessoal do titular há vinte anos.

O SR. JEFFERSON AGUIAR — Onde tem sede essa firma?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Rua Teófilo Ottoni nº 36 ou 40.

O SR. JEFFERSON AGUILAR — E a Cia. Indústria e Comércio Locomotiva?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Não existe “Locomotiva”; Locomotiva é a marca da S. Paulo Alpargatas. Sou seu distribuidor e o maior frêguês.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando)

“Que desconhece a existência das firmas J. Torquato & Cia. Ltda. Indústria e Comércio. Ronald Ltda. Coração Cardim S. A.; e ISEL, Comércio e Indústria Limitada, relacionadas na pergunta do Senador Jefferson de Aguiar; que, porém, conhece a firma Albinho Castro, Comércio e Indústria S. A., de cujo titular, Sr. João Martins Freire, o declarante é amigo, há cerca de vinte anos; que, relativamente, à firma...”

Qual é a firma?

O SR. JEFFERSON AGUILAR — E a firma fabricante da lona “locomotiva”, isto é, a São Paulo Alpargatas, da qual ele é o maior distribuidor.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando ao Secretário):

“... que, relativamente à firma São Paulo Alpargatas, fabricante da lona marca “locomotiva”, o declarante é um de seus distribuidores no Rio, aliás o maior.”

O SR. JEFFERSON AGUILAR — Ele distribui, pessoalmente, ou uma das firmas?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — As minhas firmas é que compram e revendem para São Paulo Alpargatas transformar.

O SR. JEFFERSON AGUILAR — Os sacos de lona do D.C.T. são fabricados com lona “locomotivas”?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Com lona do Companhia N. S. dos Remédios, Fiação e Tapelagem Assunção e algumas vezes de lona “locomotivas”. São lonas de “locomotiva especial” e a São Paulo Alpargatas normalmente não se interessa pela sua fabricação.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando)

“que dita distribuição é feita por intermédio das firmas do declarante ...”

O SR. PRESIDENTE — As sacas do D.C.T. são com lona adquiridas?

O SR. EURICO REZENDE — A pergunta inicial do Senador Jefferson de Aguiar ... O depoente é distribuidor, alias o maior, dessa firma São Paulo Alpargatas. O Senador Jefferson de Aguiar perguntou se a distribuição é feita por ele pessoalmente ou por intermédio das firmas e ele respondeu das firmas.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que dita distribuição é feita não diretamente ou pessoalmente pelo declarante, mas por intermédio das firmas que representam e das quais é titular; que o saco de lona, objeto das transações do depoente com o D.C.T. são obtidos através dos Cotonifícios N. S. dos Remédios e Assunção, e, vez por outra, utilizando o produto “Locomotiva”;

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Nas concorrências, não há especificação para o fornecimento dos sacos de lona: largura, fios, ...?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Há sim.

O SR. EURICO REZENDE — Concorrência ou coleta de preços?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Concorrência, coleta de preço.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Há uma especificação do DCT.

O SR. EURICO REZENDE — (Dita)

“que, tanto nas concorrências, como nas coletas de preço, são estipuladas especificações, baixadas pelo próprio DCT, dentre as quais as que se refere à largura e comprimento dos sacos, além da posição das respectivas costuras;”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Os produtos “Nossa Senhora dos Remédios”, “Assumpção” e “Locomotiva” são iguais?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Similares. A lona obedece a uma classificação internacional. Evidentemente, quem tem uma fiação melhor produz um artigo melhor, de melhor aspecto. Mas as três fábricas são iguais. Fanto que as lonas são conhecidas por uma nomenclatura de número. A lona dez pontos, da São Paulo-Alpargatas, obedece a um tipo de fio igual ao da Assumpção. E internacionalmente.

O SR. EURICO REZENDE — (Dita)

“que os produtos dos cotonifícios mencionados neste depoimento são caracterizados pela lanharia, mesmo porque obedece a uma especificação internacional, de acordo com uma nomenclatura de números, variando apenas na sua qualidade, e que se exprime por uma menor ou melhor fiação;”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — O preço dos três produtos é idêntico?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Quase idêntico.

O SR. JEFFERSON DE AGUILAR — Qual é a diferença?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — É mínima; é 2 ou 3% no valor.

O SR. EURICO REZENDE — (Dita)

“que os produtos incidentes sobre os produtos decorrentes das firmas mencionadas são praticamente idênticos,

“... mencionadas, são praticamente idênticas, operando-se apenas uma variação de 2 a 3%.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — De fato, qual o melhor produto dos três?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Valizam-se entre si a Assunção e a

Alpargatas. Para mim, são as melhores, só que esta última tem mais propaganda, e mais conhecida.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que o declarante considera que os produtos dos cotonifícios N. S. dos Remédios e Assunção são os melhores da praça, em virtude de melhor aproveitamento técnico daquelas organizações apesar de haver mais propaganda da parte de Alpargatas.”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— O pai do depoente foi produtor de linha, ou teve participação na São Paulo Alpargatas, ou o depoente tem participação?

O SR. PEDRO LOFREDO — Não nenhuma. O cotonifício N. S. dos Remédios era de minha família e o vendeu. Senador José Ermírio há seis anos, mais ou menos.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que o pai do declarante já teve vinculação comercial com a firma Alpargata; que, porém, a família do depoente foi proprietária do Cotonifício Nossa Senhora dos Remédios, ...”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Onde está instalada essa fábrica? No Rio?

O SR. PEDRO LOFREDO — Em São Paulo.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“... com sede em São Paulo, o qual, acerca de seis anos foi vendido ao grupo José Ermírio de Moraes.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Quanto já vendeu ao DCT em coletas de preço, em concorrência do DCT no período da administração Dagoberto Rodrigues?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Precisar não posso.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — aproximadamente.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Na Couraçado, mais ou menos trinta milhões; na Cruzador, cerca de oito ou nove milhões; na Polido Maia, um pouco mais; nas três ou quatro firmas, vamos dizer, temos vendido mais ou menos cem ou cento e vinte milhões.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que, na gestão do Cel. Dagoberto Rodrigues as firmas representadas pelo declarante já operaram vendas de cem a cento e vinte milhões de cruzeiros”;

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Quem representa essas firmas nas concorrências e nas coletas? O depoente pessoalmente?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Cada firma tem seus vendedores. Cada vendedor quer puxar a sardinha para sua firma. Embora eu seja o titular cada um procura prestar sua colaboração.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que não é o depoente quem diretamente combina e efetua as vendas, mas sim os vendedores das várias firmas do declarante que, assim, se esforçam em condições competitivas;”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Quais são os vendedores dessas firmas?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Não posso precisar todos os nomes. São: Eduardo Marques de Jesus, Orlando Vaz de Oliveira, Armando Juliano, Eduardo Marques, Rodrigues e Wilson.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“Que o vendedor da firma Polido Maia chama-se Orlando Vaz de Oliveira, e os demais das outras firmas são Eduardo Marques,

Armando Juliano, Rodrigues e Gilson, não se lembrando, no momento, o depoente, das respectivas relações empregatícias”.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Quanto ganham esses vendedores?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Alguns deles são, até, acionistas das firmas e Diretores, também.

O Orlando Vaz de Oliveira é, também, Diretor da “Polido Maia”, Eduardo Marques e Diretor da “Cruzador” e faz, também, a função de vendedor. Normalmente eles percebem salários entre Cr\$ 100.000,00 e Cr\$ 120.000,00 por mês, por retirada e um prêmio por ano:

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Percentual — 3%, 5%

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Não, de acordo com o movimento eles são beneficiados como acionistas e têm participação em cada firma, de per si. Não há o fator de comissão a vendedor. Trabalham com salários fixos.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“Que, ditos vendedores, também atualmente um salário que oscila entre Cr\$ 100.000,00 e Cr\$ 120.000,00 ...”

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Um pouco mais ou menos do que isso. Não posso estar certo.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“... ou pouco mais ou menos, uns até acionistas e diretores, sendo que todos percebem, ainda, um prêmio com base na produção anual.”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Se as firmas do depoente têm fornecido uniformes e sapatos ao D.C.T. Em caso positivo, quantidades e preços.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Uniformes, poucos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Quantos, mais ou menos?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Talvez uns 300 ou 400 uniformes.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Preço, por unidade.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — A base de Cr\$ 8.000,00 a ..... Cr\$ 9.000,00 por uniforme.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— De carteiros?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO —

De carteiros, de contínuos. São mais ou menos sob medida e, inclusive, vendi na concorrência realizada em 1963, 13.000 pares de borzeguim. Esses 13.000 pares parece que foram vendidos a Cr\$ 2.200,00 o par de borzeguim e foram adquiridos no Curtume Santa Helena, em Belo Horizonte ao preço, se não me falha a memória, de Cr\$ 1.580,00 mais 12% de imposto.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“... que as firmas do depoente já venderam para o pessoal do D.C.T. (carteiros e contínuos) cerca de 300 ou 400 unidades, ao preço variável entre oito e dez mil cruzeiros cada uniforme; que igualmente vendeu sapatos tipo borzeguins, operação verificada em 1962 na quantidade de treze mil pares, ao preço de Cr\$ 2.200,00 o par, mercadoria essa adquirida ao Curtume Santa Helena, de Belo Horizonte, ao preço unitário na altura de Cr\$ 1.550,00, acrescidos da taxa tributária de 12% e do respectivo frete.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Quais as especificações dos sacos de lona para cargas, largura e comprimento? E a que preço?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO —

Tem quatro tamanhos: série “a”, de 1,25x0,70, ao preço de Cr\$ 1.200,00 se não me falha a memória; série “b”, de 1,00x0,70 ao preço de Cr\$ 1.080,00; série “c” de 0,80x0,60, ao preço de

Cr\$ 700,00 ou Cr\$ 800,00; e série “d”, de 0,60x0,40, ao preço de Cr\$ 600,00.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“... que as firmas do depoente já forneceram sacos para correspondência do D.C.T., mercadorias essas distribuída em quatro tipos, a saber: o tipo A, com as dimensões 0,25x0,70, ao preço unitário aproximado de Cr\$ 1.200,00; tipo B, com 1,00x0,70, de aproximadamente Cr\$ 1.080,00; tipo C, com 0,80x0,60, preço aproximado de Cr\$ 700,00 a Cr\$ 800,00, e tipo D com 0,60x0,40, ao preço unitário de Cr\$ 600,00;”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Quantas unidades da sacos de lona o senhor forneceu ao DCT, nestes últimos anos?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Em 1961, forneci 16 milhões; em 1962, parece que foram 30 milhões. Em 1963, não vendi nada.

Em 1961, a compra foi feita no tempo do Sr. Gustavo Borges. Mas, só recebemos o empenho em dezembro.

O Tribunal de Contas demorou. Em 1962, parece que foi na casa dos 30 milhões.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“Que, nos exercícios de 1961 e 1962, a representação comercial do depoente vendeu sacos postais no valor aproximado de Cr\$ ..... 46.000.000,00; que, no corrente exercício, as firmas do depoente não venderam dita mercadoria ao DCT.”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— O depoente apresentou uma relação de custo. Requereria a juntada ao processo.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“... que, na oportunidade da resposta à pergunta anterior, o depoente, esnرفamente, apresentou dois documentos relacionados com o fornecimento ao DCT de sacos de lona, permitindo a sua juntada ao processo, o que se faz por despacho do Presidente.”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Nas concorrências do DCT é exigida tradição para que delas se participe ou qualquer pessoa vem participado?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Qualquer pessoa pode participar.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que não é exigida a formalidade da tradição para que as firmas possam transacionar, quer em coleta de preços, com o DCT;”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Além de sapatos, uniformes e sacos de lona tem fornecido outros materiais ao DCT?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Tem. Já expliquei que as outras firmas têm fornecido material de consumo habitual de correio: fios elétricos, elos, para sacos de correspondência, fios de cobre. Sérgio Vieira fornece papel.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que, além de sacos de lona, uniformes e sapatos as firmas do depoente fornece também outras mercadorias ao DCT, entre as quais elos para os sacos de correspondência, fios e papéis de escritório;”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se pode informar as quantidades e valores desses fornecimentos.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — É difícil guardar. Mas poderia fornecer os dados logo mais.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Gostaria. Para a próxima semana.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Pois não.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“que julga difícil no momento, o depoente, fornecer os dados relativos à quantidade e ao valor destas três últimas mercadorias, mas poderá fazê-lo após consulta aos seus arquivos e através de ofício dirigido à Comissão de Inquérito com todos os esclarecimentos, oferecimento esse que o Presidente da Comissão aceitou e espera que o depoente remeta, por escrito, os desejados esclarecimentos”.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Os uniformes fornecidos pelas firmas do depoente são de cáqui ou de que fazenda?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Há de diversos tipos de fazenda. Para chofer, de brim pardo. Para carteiro, muitos poucos foram feitos, é brim pardo ou de sorja azul-marrinho.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

“que, quanto aos uniformes fornecidos, esses variam na sua cor e padronagem, informando o declarante que, com relação aos choferes, o uniforme é confeccionado em brim pardo”;

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— V. S. tem recordação das outras firmas concorrente, nas coletas de preços ou nas concorrências públicas? Quais as firmas que participaram, concorrendo com a sua.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Varia muito. Não posso preciar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR

— Cite algumas pelo menos.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Morais Alves, Dias Amorim, M. J. Esteves, J. R. Pires e outras.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

“que muitas firmas têm competido com a firmas do declarante nas concorrências e coletas de preços aqui referidas, lembrando-se no momento, de Morais Alves, Dias Amorim, M. J. Esteves e J. R. Pires”;

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Senador Jequeren de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Tem conhecimento ou se lembra de venda de “Vespacar” ao D.C.T. ?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Não.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

“Que o declarante não tem conhecimento de venda de “Vespacar” ao D.C.T. ?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Quais são as relações do depoente com o Senhor Aníbal Pereira, Diretor do Material do D. C. T. ?

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — São boas. Eu o considero uma pessoa, que sempre me atendeu perfeitamente dentro da cortezia habitual. Só. Posso talvez classificá-lo de amigo.

O SR. PRESIDENTE — (Ditando).

“Que mantém boas relações com o Senhor Aníbal Pereira, Diretor do Material do D. C. T., que tem recebido o depoente com a atenção costumeira e, por isso, pode considerá-lo como amigo”.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — As aquisições feitas pelo D. C. T. dependem exclusivamente do Diretor do Material ou L. autorizadas pelo Diretor-Geral.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Quanto a parte interna não posso entrar em detalhes mas, normalmente, todas as concorrências são feitas pelo Diretor do Material. Agora, se o Diretor Geral tem interferência desconheço, mas creio que não tem.

O SR. PRESIDENTE — (Ditando). — Que de conhece se o Diretor Geral do D. C. T. tem interferência nos processos de compra de material; que sabe o depoente que esses processos são afetos diretamente ao Diretor do Material? O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Os pagamentos dependem do Diretor-Geral.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Parece que é ele quem assina os cheques. Parece-me. O Tesoureiro e ele, mas não posso garantir.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

"Que parece ao declarante, e nesse sentido não pode garantir, que é o Diretor-Geral do D.C.T. secundado pelo Tesoureiro, quem assina os cheques.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando). — Quem assina os cheques relativos ao pagamento de fornecimentos de material.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Tem algum crédito a receber no D. C. T.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Talvez deva ter alguma coisa pequena no momento.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

"... que talvez ainda tenha o declarante crédito a receber no D. C. T., mas se o tiver será de pequena monta".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se fez algum fornecimento pessoalmente a alguns dos Diretores do D. C. T., se vendeu pessoalmente alguma coisa ao Diretor ou a altos funcionários do D.C.T.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Nunca.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

"... que jamais vendeu qualquer coisa ao Diretor ou a servidores do D. C. T., pessoalmente considerados".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se esteve em dificuldades financeiras há alguns anos chegando a querer concordata preventiva ou medida judicial semelhante.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Eu Não.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

"... que jamais cuidou de requerer qualquer concordata para qualquer de suas Firms".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se tem "outra" atividade, além da comercial.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Não.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

"... que não tem nenhuma outra atividade profissional, a não ser a que se relaciona com as suas Firms".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se não é acionista de outras empresas.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Sim. Sou acionista, mas pequeno, de outras Firms.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

"... que, sem maior significação econômica é acionista de várias Firms, além das mencionadas neste depoimento, lembrando-se, no momento, das seguintes:

Manufatura Nacional de Plásticos, S. A.; Exposição-Clipper S.A. Sauma, Comércio Indústria de Licores, S. A.; Fornecedora de Tecidos

S. A., Fiação e Tecelagem Itatiaia e outras pequenas, cujo nome não lembra no momento.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estou satisfeito, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO JOSE LOFREDO — Há um adendo, Senhor Presidente. Os números que eu falei podem sofrer retificação.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando).

Sugiro que seja fornecida uma cópia do depoimento a V. S<sup>a</sup>. Quanto a números e datas, se entender que deve prestar alguns esclarecimentos, V. S<sup>a</sup> pode mandar ofício para a Comissão. Quanto aos conceitos emitidos, V. S<sup>a</sup> não poderá retificar. Aliás, fizemos ressalva, quanto a essas datas e números, dizendo "aproximadamente". Compreendo que não é possível responder algumas vezes com precisão.

O SR. PRESIDENTE — Então, está terminada a sessão. Agora, só em meados de janeiro.

Agradeço ao depoente o comparecimento a esta Comissão e a colaboração prestada.

(Encerrada às 12 horas e 40 minutos).